



**FCTUC | Departamento de Arquitectura**

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Universidade de Coimbra

## **Património que acolhe os Livros**

Teorias de Restauro Aplicadas em Bibliotecas Municipais

**Tânia Melanie Guedes**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Sob a orientação do Professor Armando Rabaça

Coimbra, Fevereiro de 2016



## **Património que acolhe os Livros**

Teorias de Restauro Aplicadas em Bibliotecas Municipais



## Agradecimentos

Aos meus pais e irmão pela educação e formação, pela família, amor e carinho.

A Sara pela companhia assídua, ajuda e colaboração. Pela grande amizade.

Ao Luís por todo o apoio e compreensão. Por estar sempre presente e disponível.

À restante grande família dos amigos do Darq pelo apoio, pela vida académica e todos os bons momentos passados juntos. Com um carinho especial pelo Tiago, a Vera, Inês, a Rascão, a Mariana, a Cláudia, o Teotónio, e a Daniela.

Ao professor Armando Rabaça, pelas conversas e disponibilidade durante este percurso, como orientador desta dissertação.



## Sumário

|   |    |
|---|----|
| Resumo .....  | 9  |
| Abstract .....  | 11 |
| Introdução .....                                      | 13 |
| <br>  |    |
| 1) Programas das Bibliotecas.....                     | 17 |
| 1.1) Contextualização .....                           | 17 |
| 1.2) Políticas da Biblioteca Municipal .....          | 21 |
| 1.3) Programa da Biblioteca.....                      | 25 |
| <br>  |    |
| 2) Intervenção em Património .....                    | 37 |
| 2.1) Restauro Estilístico.....                        | 37 |
| 2.2) Conservação.....                                 | 43 |
| 2.3) Teoria de Valores .....                          | 47 |
| 2.4) Restauro Crítico .....                           | 51 |
| 2.5) Carta de Atenas de 1931 .....                    | 55 |
| 2.6) Carta de Veneza 1964 .....                       | 59 |
| <br>  |    |
| 3) Casos de Estudo.....                               | 65 |
| <br>  |    |
| 3.1) Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante ..... | 67 |
| 3.1.1) Análise Histórica do Edifício .....            | 67 |
| 3.1.2) Projecto.....                                  | 73 |
| 3.1.3) Análise Crítica .....                          | 81 |



|  |     |
|--|-----|
| 3.2) Biblioteca Municipal de Tavira .....  | 87  |
| 3.2.1) Análise Histórica do Edifício ..... | 87  |
| 3.2.2) Projecto.....                       | 91  |
| 3.2.3) Análise Crítica .....               | 99  |
| <br>                                       |     |
| 3.3) Biblioteca Municipal de Ílhavo .....  | 105 |
| 3.3.1) Análise Histórica do Edifício ..... | 105 |
| 3.3.2) Projecto.....                       | 107 |
| 3.3.3) Análise Crítica .....               | 117 |
| <br>                                       |     |
| Conclusão.....                             | 121 |
| Bibliografia.....                          | 127 |
| Fonte das Imagens.....                     | 135 |



O conceito clássico de património refere-se, a um conjunto de bens deixados de uma geração passada. Esta herança define uma cultura e um lugar enquanto património arquitectónico. É nesta sequência, que existe um interesse de restaurar e reutilizar os monumentos e edifícios históricos.

A Biblioteca Municipal é um equipamento que garante um desenvolvimento cultural e do “saber”, e assim promove educação e conhecimento ao ser humano. Pela riqueza das suas funções, torna-se um programa conveniente para ocupar o nosso património arquitectónico.

Nesta lógica, é pertinente aprofundar o conhecimento das diferentes formas de intervir nos monumentos e edifícios históricos. Para isso se recorre ao conhecimento das Cartas de Atenas e Veneza. Bem como às teorias de Viollet-le-Duc, Ruskin, Riegl e Brandi.

Por fim, se procede a uma análise crítica, em que se verifica a presença das diferentes teorias com os casos de estudos. Em que estes são as Bibliotecas Municipais de Amarante, Tavira e Ílhavo.



## Abstract

The classical concept of property refers to a set of assets left by a previous generation. This heritage defines a culture and a place as architectural heritage. It is in this sequence that comes the desire to restore and reuse the monuments and historic buildings.

The Municipal Library is a device that guarantees cultural development and the “knowledge” and thus promotes education and knowledge to humans. The richness of its functions, it becomes a convenient program to occupy our architectural heritage.

This logic becomes concerning what the best way to intervene in the monuments and historic buildings. For that it appealed to the knowledge of Athens and Venice Letters. As well as the theories of Viollet-le-Duc, Ruskin, Riegl and Brandi.

Finally, it proceeds to a critical analysis, which confirms the presence of the different theories in the case of studies. That these are the Municipal Libraries Amarante, Tavira and Ílhavo.



## Introdução

A temática à volta do conceito de *reabilitação*, tem sido alvo de muita discussão nos dias de hoje, pois se reconheceu a importância do nosso património, e por isso é necessário intervir de forma a perdurá-lo. Estamos rodeados de monumentos e edifícios históricos, com os quais é necessário aprender a lição do passado, interpretar e continuar a sua longevidade.

Percebemos que as nossas cidades estão invadidas de património que se localiza em zonas privilegiadas, é nesta sequência que surge o interesse de interceder, de modo a desenvolver dimensões sociais e económicas na arquitectura. Pois ao proporcionar medidas de habitabilidade nos centros históricos surgem as questões ligadas à conservação e restauro. Tornando-se pertinente escolher a melhor forma de intervir para salvar o património da degradação sucessiva até chegar ao ponto de ruína.

Para delimitar o assunto desenvolvido neste trabalho de investigação optei por abordar Bibliotecas Municipais que se instalam em património. A biblioteca pela natureza do seu serviço cultural territorial se torna num destino de primeira ordem nas políticas de conservação. Pois esta promove actividades culturais e de saber para toda a população. Estas características, são pertinentes para o desenvolvimento do ser humano, e por isso é necessário ser implantado próximo da população. Sendo que este novo serviço público, ao se instalar em património, funciona como mais uma camada nos edifícios.

A metodologia adoptada para relacionar as operações em edifícios históricos de modo a converter em bibliotecas municipais consiste na apresentação do funcionamento e programa de uma biblioteca municipal. Além da exploração e relação dos contributos teóricos de Viollet-le-Duc, Ruskin, Riegl e Brandi para o tema intervenção e restauro do património, tal como a importância e a contribuição da Carta de Atenas e Veneza. Assim através de uma análise e avaliação sintetizada pretendo cruzar a informação com os casos de estudo.



As contribuições teóricas no campo de restauro e intervenção em património são: a Teoria do Restauro Estilístico que Viollet-le-Duc preconizou, sendo que assim o seu nome ficou associado à teoria da restauração do séc. XIX. O seu maior opositor é Ruskin, que defendeu uma doutrina anti-intervencionista, que é sobretudo característica de Inglaterra. Desenvolveu as suas ideias contra o Restauro no “The Lamp of Memory”. Em seguida surge Riegl, o autor do ensaio “O Culto Moderno dos Monumentos e por fim, Brandi que desenvolveu a “Teoria do Restauro”.

Quanto à Carta de Atenas, surge em Outubro de 1931, pois se considerava necessário discutir o problema da conservação do património arquitectónico. Emerge assim a primeira carta internacional do restauro, onde se estabelece os critérios-base do restauro moderno. Posteriormente, em Maio de 1964, surge a Carta de Veneza, em que a sua influência cresceu substancialmente. O principal avanço disciplinar desta Carta, é a definição do conceito de monumento histórico, que passa a englobar não só as criações arquitectónicas isoladamente mas também a envolvente.

Para isso foi necessário desenvolver um vasto trabalho de pesquisa, tornando-se ponto de referência a “Alegoria do Património” de Françoise Choay. Além das várias consultas em publicações como o livro “Cor e a Cidade histórica” de José Aguiar, “A History of Architectural Conservation, 1986 de Jukka Jokilehto e documentos da autoria de Viollet-le-Duc, Ruskin, Riegl e Brandi, onde os próprios exploram as suas teorias. Sem esquecer a consulta e a interpretação da Carta de Atenas e Veneza.

Estas teorias foram relacionadas com os seguintes casos de estudo, Biblioteca Municipal de Amarante, Tavira e Ílhavo. Estes três exemplos exploram as pré-existências de formas distintas, por isso se tornam pertinentes para este trabalho de investigação. Além de se inserirem em edifícios que foi reconhecido o seu valor simbólico e histórico, bem como as suas qualidades arquitectónicas. São três projectos específicos que envolvem questões diversas dos discursos teóricos.

Com a elaboração deste trabalho pretendo verificar a presença das várias teorias de restauro nos casos de estudo. Perceber de que forma estas foram pertinentes e surgem nos novos projectos.



### Contextualização

Ao longo da história assistimos à alteração do conceito de Biblioteca, no início, era marcada por colecções de volumes e outros fundos documentais, e hoje em dia é considerada um serviço à comunidade. Este serviço tem como preocupação servir a população, facultando informação e conhecimento.

A biblioteca é um espaço onde se guarda o “saber”, representando assim, uma luta contra a voracidade do tempo. A informação surge em materiais vulneráveis, que com o passar do tempo se perdem e se corrompem<sup>1</sup>. É nesta lógica que a biblioteca tem o intuito de preservar o que foi registado e fazer perdurar como documento para chegar ao maior número de utentes.

É à Direcção-geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) que compete planejar e apoiar a criação e o desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP).<sup>2</sup> Neste seguimento a DGLAB apoia técnica e financeiramente a criação e instalação das Bibliotecas Municipais, e desenvolve serviços para este equipamento e para os cidadãos, com recurso às tecnologias da informação e comunicação.<sup>3</sup> Muitas Bibliotecas Municipais foram concebidas com esse propósito, mas também há uma grande parte de bibliotecas que instalaram este serviço em edifícios existentes, recuperados, adaptando-os ou até mesmo ampliando-os, para servirem esta nova valência<sup>4</sup>.

A Direcção de Serviços teve sempre como preocupação que os edifícios servissem a

---

<sup>1</sup>AURÉLIO, Diogo Pires – Os Lugares que o saber ocupam. *Arquitectura Ibérica: Bibliotecas*. 1 (2004). P.5

<sup>2</sup> O RNBP foi criado em 1987 com o objectivo de dotar todos os municípios com uma biblioteca pública. No âmbito desse programa a DGLAB apoiou esse serviço técnica e financeiramente e estabelece os princípios gerais de acordo com o Manifesto da IFLA/UNESCO, bem como com as recomendações nacionais e internacionais. Estes princípios encontram-se num documento orientador – o Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais.

<sup>3</sup> A DGLAB, na actualidade apoia 212 bibliotecas públicas.

<sup>4</sup> Nos últimos anos, quanto a património arquitectónico estabeleceu-se uma cultura orientada para a restauração e reutilização, sendo que a opinião pública manifestou a necessidade de recuperar para usos sociais. A biblioteca pela sua natureza de serviço cultural territorial, torna-se o principal destino nesta política de conservação.



sua função e que houvesse um compromisso entre as concepções estéticas dos arquitectos, as vontades das Autarquias e as necessidades de um serviço de biblioteca pública, em coerência com a visão do bibliotecário.<sup>5</sup>

Em 1986, a Secretária de Estado da Cultura, criou um Grupo de Trabalho que ficou responsável de definir as bases de uma política nacional de leitura pública.<sup>6</sup> Estas medidas se baseavam na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas. No primeiro Relatório o grupo sugeriu medidas de intervenção, bem como orientações conceptuais e programáticas sobre as bibliotecas a criar. Também, o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) desenvolveu e aplicou um plano de leitura pública, através do apoio à criação de bibliotecas públicas municipais.

As Bibliotecas Municipais são organizadas a partir de um programa tipo que varia conforme a população do concelho. Existe três tipos, B.M.1,2 e 3, a B.M.1 corresponde a concelhos com população inferior a 20 000 habitantes, a B.M.2 a concelhos com população entre os 20 000 e 50 000 habitantes e por fim a B.M.3 se destina a concelhos com população superior a 50 000 habitantes.<sup>7</sup> Este programa tipo funciona como ponto de partida de organização do projecto, mas pode ser submetido a eventuais adaptações em função das características demográficas do concelho<sup>8</sup>. Assim, nos casos de população dispersa por vários núcleos urbanos, o dimensionamento da biblioteca deve ser equacionado. Esse dimensionamento deve ter em conta a necessidade de a biblioteca ser o centro de uma rede concelhia<sup>9</sup>, capaz de cobrir de forma efectiva toda a área do município através da criação de pólos<sup>10</sup>.

---

<sup>5</sup> MOURA, Maria José – *Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal*. 1996. p.19

<sup>6</sup> Relatório da Direcção Geral do Livro dos Arquivos e das Biblioteca – *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais*. 2009. p.2

<sup>7</sup> MOURA, Maria José – *Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal*. 1996. p.7

<sup>8</sup> Por outro lado, o dimensionamento dos serviços internos e depósitos deverá depender do respectivo apoio que a biblioteca dá não só aos pólos mas também às bibliotecas escolares.

<sup>9</sup> A rede concelhia pode ainda incluir serviços de carácter temporário, em praias, piscinas, jardins ou onde a frequência de público o aconselhe.

<sup>10</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Criação de pólos e/ou de bibliotecas itinerantes. p15



## Políticas da Biblioteca Municipal

As Bibliotecas Municipais contêm colecções que abrangem diversas áreas, pois também têm de responder a um público mais diversificado, tanto a nível etário como cultural. Este tipo de equipamento surge com o intuito de disponibilizar informação e conhecimento a uma comunidade alargada<sup>11</sup>. A biblioteca tem como objectivo ser um pólo cultural depositário de informação e promotor de actividades<sup>12</sup>.

A Biblioteca Municipal obedece a uma constituição de uma rede nacional de bibliotecas públicas que formam uma hierarquia. Sendo assim, a biblioteca de um concelho se localiza numa zona central ou muito frequentada, podendo a sede possuir pólos em diferentes localidades do município de acordo com o número e a distribuição dos habitantes<sup>13</sup>.

Em 1996 foi desenvolvido um Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal, que consistia numa reflexão sobre o contexto nacional e internacional. Nesta lógica, o grupo propunha novas linhas de acção para o desenvolvimento futuro da Rede Nacional de bibliotecas Públicas. O referido Relatório concluía que, era pertinente continuar as funções básicas de promoção da leitura e do acesso à informação.<sup>14</sup> Mas para isso seria necessário que as colecções e serviços incluíssem, como refere o Manifesto da UNESCO, “todos os tipos de suporte e tecnologia moderna apropriada assim como fundos tradicionais”<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> Manifesto da UNESCO sobre Biblioteca Pública, 1994

<sup>12</sup> A biblioteca deve ser uma entidade dinâmica e impulsora de campanhas de hábitos de leitura e outras actividades culturais.

<sup>13</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Características e Tipologias.p2

<sup>14</sup> Ibidem, p.2

<sup>15</sup> UNESCO, 1994



As bibliotecas que são apoiadas no âmbito deste projecto devem, possuir fundos documentais em diferentes suportes de forma coerente, pluralista e actualizada, cobrindo todas as áreas de conhecimento<sup>16</sup>. A informação presente nestes serviços deve estar em livre acesso e disponível para empréstimo domiciliário. Assim como toda a informação deve estar integrada num sistema que disponibilize o acesso ao catálogo através da internet. As colecções devem apresentar-se de forma lógica e atractiva aos seus utilizadores, por isso as bibliotecas devem ser dotadas de mobiliário e equipamento adequado<sup>17</sup>. Os utilizadores têm ao seu dispor espaços e equipamentos apropriados, que permitem a consulta de documentação existente, acesso a fontes de informação remotas, bem como a realização de outros tipos de trabalho individual, atendendo às necessidades dos vários públicos<sup>18</sup>.

Quanto aos funcionários, estes devem ser suficientes para permitir um horário alargado, de acordo com as necessidades da comunidade. Correspondendo em número e em especialização à dimensão e diversidade dos serviços da biblioteca – tais como consulta local, empréstimo domiciliário, acesso aos documentos electrónico, autoformação, dinamização de acções de promoção de leitura, entre outras<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> A informação e os serviços disponibilizados devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica.

<sup>17</sup> O mobiliário deve permitir armazenar informações, que se apresentam em diferentes tipos de suporte e acolher as pessoas que diferem consoante dois tipos de acções: aqueles que procuram informação – usuários; e as que promovem – bibliotecário;

<sup>18</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Características e Tipologias.p2-3

<sup>19</sup> Sendo que o Bibliotecário é um intermediário activo entre os utentes e os serviços e recursos disponíveis, este deve adquirir formação profissional contínua.



## Programa da Biblioteca

A primeira preocupação de um projecto arquitectónico, de uma biblioteca pública, é a localização. Tendo em conta, a capacidade que o projecto tem de garantir a acessibilidade a todos e uma entrada facilmente identificada<sup>20</sup>.

Quanto à relação com a envolvente urbana é importante ter consciência que as bibliotecas municipais são equipamentos colectivos/ edifícios públicos, por isso devem se apresentar como elemento simbólico e estruturante do tecido urbano<sup>21</sup>. Tem de apresentar uma imagem bem identificada sob o ponto de vista arquitectónico e volumétrico, quer seja uma construção de raiz ou adaptação de um edifício existente. Pois é possível a instalação de bibliotecas em edifícios existentes, sempre que este seja considerado património arquitectónico de interesse e, simultaneamente, se adequa às exigências de áreas e funcionalidades deste serviço<sup>22</sup>.

A imagem arquitectónica que o edifício projecta, realça especial atenção há marcação da entrada, como elemento determinante da composição da fachada principal e do próprio edifício. Portanto a entrada da biblioteca deve ser claramente visível, e localizada na parte do edifício de mais fácil acesso, permitindo desde logo uma percepção do seu interior<sup>23</sup>.

Os edifícios das bibliotecas são otimizados de forma a serem acessíveis a toda a comunidade e suficientemente flexíveis, de modo a poder integrar serviços novos e/ou em transformação<sup>24</sup>. A biblioteca pública deve conciliar outras valências para além da

---

<sup>20</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Localização e relação com a envolvente urbana.p4

<sup>21</sup> A biblioteca é uma peça base no desenho urbano e constitui um centro de atracção muito importante que se deve localizar e planificar dentro da concepção de cidade global. A precisão da localização do equipamento impulsiona aspectos positivos para a comunidade.

<sup>22</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Localização e relação com a envolvente urbana.p4-5

<sup>23</sup> Ibidem, p.4-5

<sup>24</sup> Manifesto da UNESCO sobre Biblioteca Pública, 1994



leitura, de modo a que possa ser utilizada pela comunidade para a sua formação e lazer, através da realização de cursos, conferências, encontros, exposições, etc.<sup>25</sup>

Outra preocupação presente no projecto de biblioteca municipal é que esta deve garantir condições de conforto térmico e ambientais adequadas. E no interior um dos princípios primordiais é a iluminação<sup>26</sup>. Tais condições exigem a optimização do edifício desde a utilização de energias passivas e activas, designadamente no que se refere ao isolamento térmico e a sua orientação solar<sup>27</sup>. Nesta lógica devem se evitar os grandes envidraçados a sul, a poente e nas coberturas, sem adequada protecção através de palas e estores<sup>28</sup>. Quanto à solução de climatização do edifício deve-se optar por uma optimização energética tanto na instalação do sistema como também nos custos da exploração. Num edifício deste tipo devem-se executar estudos de condicionamento acústico, em que o resultado deverá influenciar a escolha dos acabamentos bem como a forma e dimensões do espaço. Outro factor importante é a iluminação, que deve seguir normas estabelecidas nacional e internacionalmente<sup>29</sup>. Por fim, a DGLAB fornece recomendações sobre o aquecimento, ventilação e ar condicionado, condicionamento acústico e iluminação, com o propósito de melhorar

---

<sup>25</sup> As Bibliotecas Públicas devem ser caracterizadas por uma variedade. Esta noção deve estar relacionada com a consciencialização da oferta dos diferentes serviços. Esta diversidade diz respeito não só ao público, mas também às actividades proporcionadas.

<sup>26</sup> Para conseguir a presença de luz natural no interior é necessária uma boa opção na escolha dos materiais. Sendo que o vidro surge com uma mais-valia. Este material devido à sua transparência dissipa a barreira entre o espaço de dentro e o de fora. Além de que proporciona uma maior proximidade dos serviços, espaços e actividades.

<sup>27</sup> Quanto à orientação das fachadas, quando estas estão viradas a sul tem grandes ganhos solares no inverno e moderados no verão. Esta orientação permite uma protecção fácil contra o sol do meio-dia enquanto que é mais difícil reduzir a exposição de manhã e à tarde. Quanto as fachadas orientadas a este e oeste recebem ganhos solares similares tanto no inverno como no verão. Este recebe o sol da manhã e oeste o sol da tarde. No entanto deve-se controlar as aberturas a oeste, pois no verão pode causar um sobreaquecimento ao fim do dia.

<sup>28</sup> Deve-se salvaguardar um conforto visual, evitando as entradas directas de luz sobre as mesas e estantes, evitando reflexões que causam o ofuscamento e dificultam o trabalho. Bem como ter em consideração que a luz solar directa altera as propriedades e as cores dos documentos.

<sup>29</sup> A iluminação deve ter em consideração a intensidade, a qualidade, a direcção e o contraste equilibrado da luz. Evitar ofuscamento, sendo que as iluminações devem iluminar a superfície de trabalho mas não os olhos de quem trabalha. A escolha das cores da luz também é pertinente, dividindo-se em luzes quentes e frias.



as condições de conforto térmico e ambiental do equipamento<sup>30</sup>.

Quanto à descrição dos vários espaços que integram uma biblioteca, surge o átrio<sup>31</sup>. É através deste espaço que se estabelece a relação interior/exterior e se tem acesso a todas as áreas do serviço público. O átrio<sup>32</sup> em termos funcionais se destina ao acolhimento, informação e orientação do utilizador.

A sala polivalente é uma zona destinada à realização de um conjunto heterogéneo de actividades dirigidas à comunidade. Este espaço pode se destinar a conferências, debates, clubes de leitura, exposições, etc. Devido à diversidade de usos que pode adquirir, este espaço deverá assegurar o seu fácil obscurecimento, não ter mobiliário fixo<sup>33</sup> além de ser necessário um espaço contíguo para arrumos. Deve se encontrar perto do átrio, podendo mesmo complementar este espaço<sup>34</sup>.

A secção infantil assume uma grande importância na vida de uma biblioteca, visto que é um espaço de incentivo ao hábito de leitura dos mais jovens<sup>35</sup>. Esta secção deve ter zonas distintas conforme os diferentes grupos etários, sendo que as bibliotecas do tipo 2 e 3 devem incluir espaços para crianças até aos 3 anos. A zona infantil inclui uma área de animação, destinadas a actividades em grupo. Os espaços, equipamentos e mobiliário tem de ser adequados às faixas etárias que acolhem, e para as crianças mais pequenas devem se prever pufes e almofadas. A secção infantil é caracterizada por recantos destinados a leitura informal e em grupo, um espaço de jogos educativos, e uma zona de trabalho e leitura mais isolada para os mais velhos. Uma área de

---

<sup>30</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Conforto Térmico e Ambiental.p13

<sup>31</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Serviços Públicos.p5-6

<sup>32</sup> O átrio deve facilitar a compreensão do espaço aos seus utentes. Deve ser um espaço acolhedor, de modo que os cidadãos se sintam convidados a entrar, por isso, deve possuir mobiliário adequado assim como informação.

<sup>33</sup> A sala polivalente deve ter capacidade cadeiras, mesas para os oradores, tela de projecção e equipamento audiovisual. As paredes e tectos devem ter alguma versatilidade para montagem de exposições. Além de que deve ser dotada de iluminação flexível e direccional adaptada para conferências reuniões e exposições.

<sup>34</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Serviços Públicos. p.9

<sup>35</sup> Segundo o Manifesto da UNESCO, este espaço Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância. Apoiar a educação individual e auto-formação bem como a educação formal a todos os níveis. Assim como estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens.



animação, ou vulgarmente designada por “sala do conto”<sup>36</sup>, que deve constituir um espaço em articulação com as outras áreas da secção, mas com uma clara delimitação e isolamento visual e acústico, devido as suas funções. As bibliotecas de maior dimensão (tipo3) devem prever um atelier de expressão plástica adjacente a secção infantil<sup>37</sup>.

A secção de adultos contém grande parte da sua área ocupada com estantes, contendo a documentação de livre acesso destinada ao empréstimo domiciliário<sup>38</sup>. Possui também zonas de leitura de periódicos<sup>39</sup>, consulta de documentos sonoros e audiovisuais. Terá ainda de incluir áreas de referência<sup>40</sup> e de informação à comunidade. Os diferentes espaços, que estão relacionados entre si, não devem ser fechados, apenas organizados num único espaço dividido pela disposição do mobiliário. A zona destinada à leitura acolhe o espaço de consulta das obras, por isso é predominantemente constituída por mesas individuais ou de grupo. A sala de leitura é, por excelência, um local privilegiado na biblioteca, pois é este sitio que permite o encontro entre o livro e o leitor – função primordial deste equipamento. Esta zona deve ter uma boa permeabilidade visual com a zona de documentação. O leitor consegue aceder a informação através de uma diversidade de outros suportes, incluindo a informação em formato digital na internet. Portanto na secção de adultos deve ainda existir um núcleo de computadores de uso público, que se deve situar perto de um funcionário, de forma a garantir o melhor apoio aos utilizadores. Excepcionalmente, nas bibliotecas de maior dimensão, é possível haver uma distinção dos espaços de estudo/trabalho e consulta de documentos raros, para além da

---

<sup>36</sup> Caracteriza-se por ser um espaço lúdico para os mais pequenos. Deve ter características especiais, até na escolha dos materiais construtivos. Por exemplo o chão deve ser quente para permitir que as crianças se sentem ou se deitem neste. O equipamento não deve ter ângulos nem bordas que possam causar acidentes. Este espaço deve transmitir uma imagem alegre e colorida.

<sup>37</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Serviços Públicos. p7-9

<sup>38</sup> A solução estrutural deve favorecer uma flexibilidade de distribuição. E as obras devem ser dispostas por uma sequência lógica de temas. Além de que devem possuir um catálogo de consulta em sítios estratégicos.

<sup>39</sup> Nas Bibliotecas Públicas deve existir uma secção de periódicas que inclua, jornais diários, revistas tanto tipo geral como de conhecimento específico.

<sup>40</sup> A área de referência foi concebida como um espaço exclusivo de consulta local de material que não pode ser requisitado. Possui um fundo documental em vários suportes, sendo que o material que se encontra neste espaço pode ser, dicionários, enciclopédias, anuários, etc.



habitual sala de leitura, sendo que estes espaços têm articulações<sup>41</sup>.

Nas bibliotecas de maior dimensão, deve existir uma cafetaria, devidamente articulada com as áreas de serviço público, de forma a constituir um espaço de lazer e convívio<sup>42</sup>.

Os serviços internos acolhem as zonas de manutenção e tratamento técnico<sup>43</sup> bem como o depósito. Devido à sua valência devem estar organizados de forma a conseguir uma completa separação do circuito do leitor. O dimensionamento desta secção depende do tipo de biblioteca, como também das características de rede de pólos e do apoio às bibliotecas escolares. A entrada de serviço, se destina à recepção de documentos e outros materiais, por isso deve permitir a aproximação de um veículo para facilitar a respectiva descarga<sup>44</sup>.

As bibliotecas municipais são possuidoras de gabinetes/áreas de trabalho, que difere conforme o tipo de biblioteca e o número previsto de funcionários. Os gabinetes técnicos e administrativos<sup>45</sup> encontram-se afastados do público, para que os funcionários possam executar apropriadamente as suas funções<sup>46</sup>.

Quanto ao depósito da biblioteca se destina essencialmente a alojar a documentação que não pode estar em livre acesso nas salas de leituras.<sup>47</sup> Este espaço necessita de valores ideais de humidade e temperatura que permite uma conservação adequada dos documentos. Devem ser protegidos da luz, e se caracterizam por ser espaços reservados, não acessíveis ao público. Este tipo de edifícios deve ser dotado de arrumos, com capacidade suficiente para acolher os materiais utilizados e as

---

<sup>41</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Serviços Públicos. p6-7

<sup>42</sup> Ibidem, p.9

<sup>43</sup> Nesta secção desenvolve-se actividades relacionadas com a conservação, exploração e difusão do material que requer um tratamento especial.

<sup>44</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Serviços Públicos. p.9-11

<sup>45</sup> É nesta secção que se desenvolve trabalho como a gestão dos empréstimos, estatísticas, contabilidade, organização e coordenação e se procede ao controle de manutenção do edifício e serviço.

<sup>46</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Serviços Públicos. p.10

<sup>47</sup> Além de que também permite a reprodução, tratamento físico dos documentos, tanto actividades de reparação como restauração das obras.



actividades que organizam<sup>48</sup>.

A circulação é um elemento-chave do projecto de arquitectura de uma biblioteca, pois uma adequada articulação proporciona um bom funcionamento do equipamento. Por este motivo, as circulações nas bibliotecas também foram ponderadas, surgindo assim requisitos básicos que estas devem obedecer<sup>49</sup>. As circulações inerentes aos serviços internos devem ser distintas dos serviços públicos. A organização do espaço deverá permitir a circulação de pessoas e grupo em qualquer zona da biblioteca. Devem ser evitadas escadas, tanto no interior e exterior, sendo que os desníveis devem ser vencidos por rampas. Quando as bibliotecas têm no mínimo dois pisos devem possuir elevador próximo da entrada, com capacidade para carrinhos de bebé e cadeiras de rodas. É necessária a utilização de carros para transportes de livros, portanto devem ser calculadas as dimensões das portas e espaçamento entre as estantes<sup>50</sup>.

Quanto aos pólos, a DGLAB não define um programa tipo, pois o seu número e dimensão variam conforme as especificidades locais, tais como a distribuição demográfica, acessibilidades, etc.<sup>51</sup>. Mas tal como acontece nas bibliotecas centrais, existirá apoio técnico para a respectiva instalação<sup>52</sup>. Portanto, neste seguimento se aconselha que cada pólo tenha zonas separadas para adulto e crianças, mesmo que sejam apenas divididos pelo mobiliário. Cada equipamento deve possuir no mínimo 2500 títulos que inclua obras de referência destinadas tanto adultos como a crianças e alguns periódicos<sup>53</sup>. Havendo a possibilidade de rotatividade de determinados exemplares na rede concelhia de bibliotecas<sup>54</sup>.

---

<sup>48</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Serviços Públicos. p.10-11

<sup>49</sup> Os circuitos de uma biblioteca podem dividir-se em público, privado e do documento. Apesar de fortes ligações entre os três.

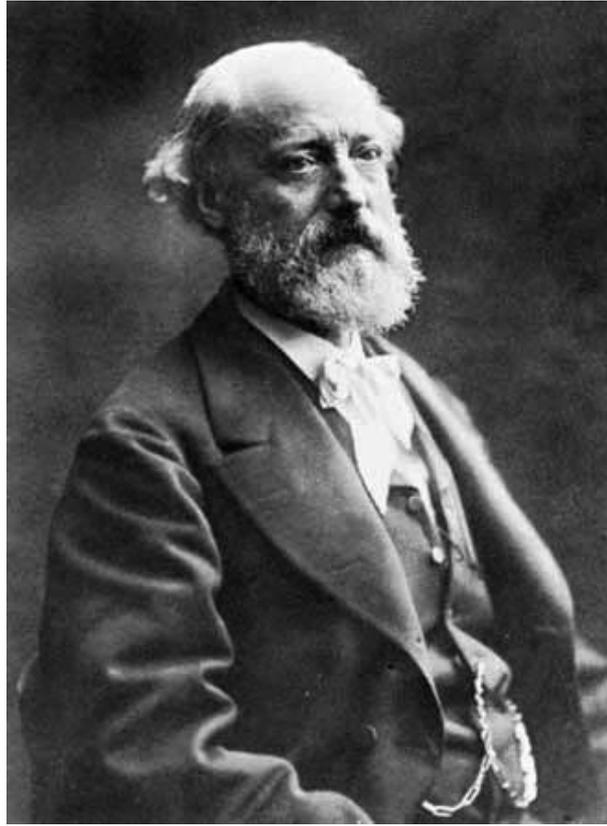
<sup>50</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Serviços Públicos. p.11

<sup>51</sup> Em cada um dos pólos de leitura deve ser assegurada a consulta presencial de documentos. Nestes deve existir um acervo documental mínimo que inclua obras de referência.

<sup>52</sup> A cada pólo, incluindo as bibliotecas itinerantes, deve estar afecto pelo menos um Assistente Técnico com formação na área das bibliotecas e documentação, bem como um outro funcionário de apoio.

<sup>53</sup> Cada pólo ou serviço de leitura, fixo ou itinerante, deve possibilitar o acesso ao catálogo colectivo da rede concelhia e o acesso à Internet.

<sup>54</sup> RNBP, 2009. Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais. Criação de pólos. p15



**Fig. 1** – Viollet-le-Duc

### Restauro Estilístico

A Teoria do Restauro Estilístico foi preconizada por Viollet-le-Duc (1814-79), que defendeu uma teoria intervencionista que predominou nos países europeus. Deste modo, o seu nome ficou associado à teoria da restauração do séc. XIX<sup>55</sup>.

O novo método de restauração consiste, no princípio que cada edifício deve ser restaurado no seu próprio estilo, tanto a nível da aparência, mas também a nível da estrutura. Para Viollet-le-Duc restaurar um monumento significava proceder à sua reconstrução, ou à integração das partes em falta, tendo por referência o estilo original<sup>56</sup>.

Em 1840, Mérimèe regista o grave estado em que se encontrava a Igreja de Vézelay, perante esta situação, confiou o restauro a Viollet-le-Duc. Viollet reforçou as fundações dos pilares da nave central, acrescentou dois contrafortes, reconstruiu a abóbada e alterou a fachada. Fez o apoio das partes que ameaçavam ruir e restitui a posição inicial da janela gótica. Além, de que não concordava com o completamento da torre norte, nem com a reconstrução do pináculo, optando pela forma românica primitiva, recuperando o estilo da igreja. Assim a Teoria do Restauro Estilístico se compõe na procura da unidade formal e estilística, nas intervenções de salvaguarda em monumentos.

Deste modo, Viollet-le-Duc definia que a sua contribuição pode ser reduzida à célebre definição, presente no seu dicionário: “o termo restauro em si é moderno; restaurar um edifício não é preservá-lo, reparar ou reconstruí-lo; é estabelecer uma condição de perfeição que pode nunca ter existido em qualquer momento.”<sup>57</sup> Também a sua concepção “ideal” dos monumentos históricos participa dessa redução.

---

<sup>55</sup> JOKILEHTO, Jukka – A History of Architectural Conservation. The Contribution of English, French, German and Italian thought towards and International Approach to the Conservation of Cultural Property. 1986. p.279

<sup>56</sup> AGUIAR, José – Cor e a cidade histórica.2002.p.40-41

<sup>57</sup> VIOLLET-LE-DUC, Eugène – “Restauração” em Dictionnaire raisonné de l’architecture française du XI su XVI Siècle. Paris: A. Morel, 1866, vol.10, p.14

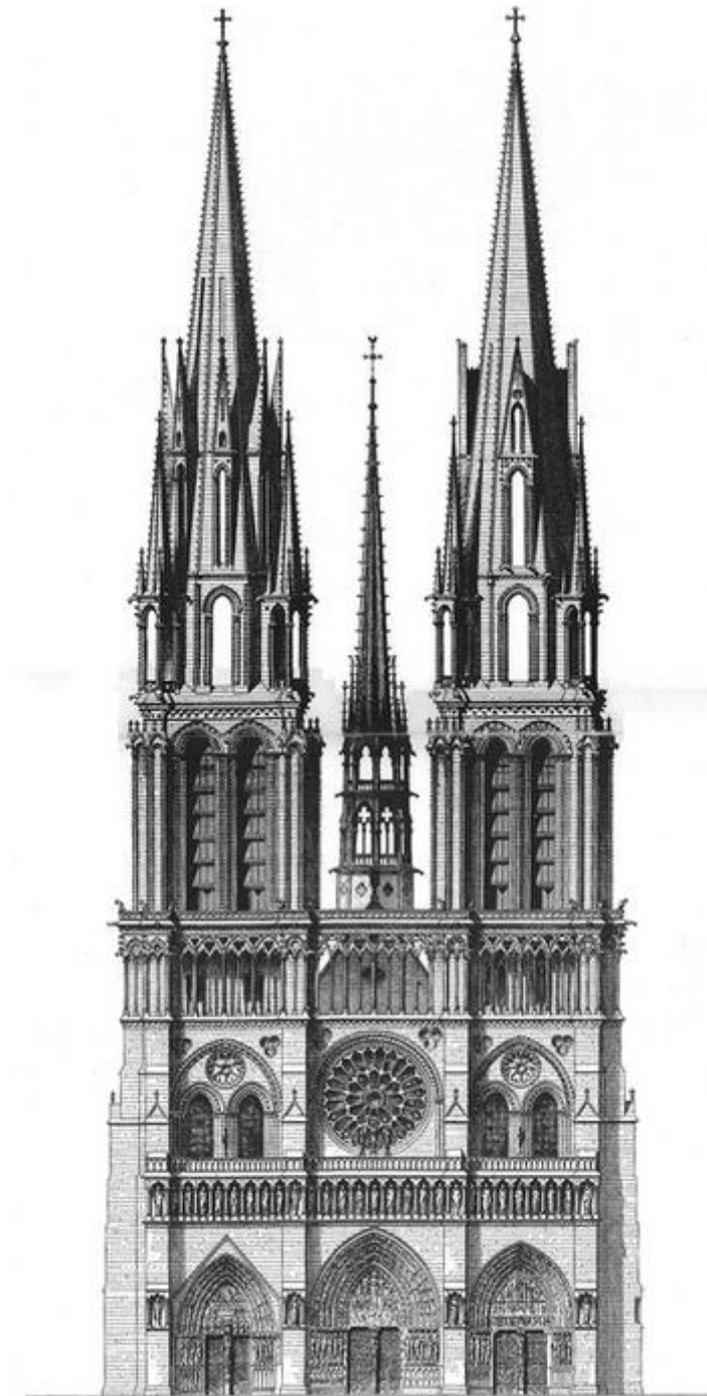


Fig. 2 – Fachada de Notre-Dâme, Paris

Por exemplo, a igreja de Notre-Dame em Paris, foi alvo de destruições na época da Revolução Francesa, sendo que Lassus e Viollet-le-Duc foram encarregues de a restaurar. Mas estes dois intervenientes, tinham opiniões divergentes acerca do restauro da catedral, pois Viollet pretendia levar a catedral a um estado ideal que nunca tinha existido, defendendo a reconstrução da fachada com a restituição das duas torres e do pináculo central. Uma vez que Lassus opõe-se a esta pretensão, só após a sua morte, é que Viollet construiu os pináculos e colocou um conjunto de estátuas e baixos-relevos sobre a fachada gótica (fig.2).

Esta teoria de restauro estilístico se apresentava como uma disciplina de natureza projectual, que recorre à utilização da história e arqueologia como fontes de referência, através de métodos de comparação de estilos. Pois esta teoria não dava lugar a criatividades ou críticas pessoais. Em suma, Viollet-le-Duc acreditava que era possível “vestir a pele” do arquitecto primitivo, e assim intervir no monumento até este alcançar o “plano original”<sup>58</sup>.

A obra mais emblemática de Viollet-le-Duc foi o restauro do Castelo de Pierrefonds, que foi mandado construir como fortificação militar, tendo a forma de um quadrilátero irregular com oito torreões. Foi palco de várias guerras e posteriormente desmantelado, pelo que algumas zonas do castelo ficaram completamente em ruínas e os telhados foram destruídos. O castelo foi representado em diversos desenhos e pinturas da época, ficando conhecido como “ruínas pitorescas”. Mais tarde é declarado monumento nacional, noção que apareceu em sequência da Revolução Francesa. E em 1857 Napoleão III decide restaurar o Castelo de Pierrefonds e Viollet-le-Duc é encarregue dessa tarefa. O arquitecto francês trabalha no projecto intensa e cientificamente. Faz o levantamento das ruínas, e através da informação obtida, consegue reconstruir a planta do edifício original, assim como as oito estátuas presentes em cada uma das torres. Napoleão pretendeu que o castelo fosse habitável e Viollet-le-Duc teve que acondicionar o edifício às novas exigências, modificando o interior, projectando salas novas com influências românticas e aumentando um andar a dois torreões da entrada, em estilo medieval. Este castelo é um exemplo da intenção de Viollet em

---

<sup>58</sup>VAZ, Raquel M. F. A.G. – Património: Intervir ou interfeirir?. 2009.p.18



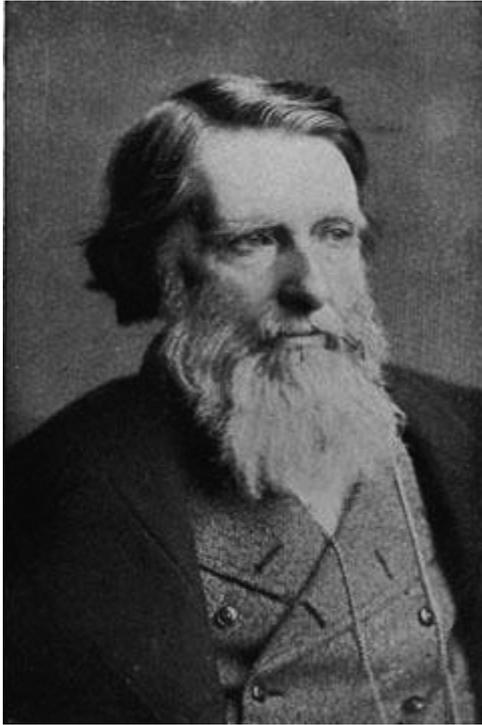
**Fig. 3** – Castelo de Pierrefonds antes do restauro e actualmente

devolver o estado completo, ideal e absoluto ao edifício, com a introdução de inúmeras alterações em relação ao original (fig.3).

Viollet-le-Duc se interessava pela história das técnicas dos materiais de construção e privilegiava os métodos de inquérito *in situ*. Foi dos primeiros que recorreu aos levantamentos fotográficos e soube, antes da hora, retirar das fachadas as esculturas demasiado frágeis ou ameaçadas. Ele sente nostalgia pelo futuro e não pelo passado. Esta obsessão explica o endurecimento progressivo da sua atitude restauradora. Assim Viollet fazia as suas análises estruturais e foi, para além disso, um dos primeiros a sublinharem a importância das dimensões social e económica da arquitectura<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> CHOAY, Françoise – Alegoria do Património.1999.p.132



**Fig. 4**–Ruskin

## Conservação

John Ruskin (1819-1900) denunciou qualquer tipo de Restauração. Em 1849, exclamou as Sete Lâmpadas da Arquitectura, onde desenvolveu as suas principais teorias arquitectónicas. Surge como o maior opositor de Viollet-le-Duc, visto que as teorias de ambos são opostas, pois defende uma doutrina anti-intervencionista, que é sobretudo característica de Inglaterra<sup>60</sup>.

Defendeu intransigentemente a importância de salvaguardar a herança arquitectónica do passado, apoiada em operações básicas de manutenção<sup>61</sup>. A sua concepção de Monumento Histórico se baseia na premissa de que “o trabalho das gerações passadas confere aos edifícios que elas nos legaram um carácter sagrado. As marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência.”<sup>62</sup> Assim a sustentação ideológica da conservação estrita foi iniciada por Ruskin.

Na sua teoria, defende que não temos o direito de tocar nos monumentos do passado. “Nós não temos o mínimo direito de o fazer. Eles não nos pertencem. Eles pertencem, em parte, aos que os edificaram, em parte ao conjunto de gerações humanas que nos seguirão.”<sup>63</sup>, estas ideias contra o Restauro estão presentes no “The Lamp of Memory”.

Um exemplo mal sucedido para Ruskin foi, a campanha para salvar a igreja de Santa Maria della Spina em Pisa. A igreja foi reconstruída num sítio mais estável e seguro, no entanto esta intervenção causou mudanças substanciais na estrutura original, o que indignou Ruskin. Ele procedeu a um daguerreótipo<sup>64</sup> (fig.5) e fez uma série de desenhos rigorosos (fig.6). Com estes levantamentos, reconhecemos que a igreja que existe actualmente é de meados do séc. XIX e não do séc. XIV.

---

<sup>60</sup>JOKILEHTO, Jukka – A History of Architectural Conservation. The Contribution of English, French, German and Italian thought towards and International Approach to the Conservation of Cultural Property. 1986. p.306

<sup>61</sup>Admite a consolidação dos monumentos desde que esta não seja visível. Aceita o reforço estrutural quando estão em riscos de se perder; aceita a realização de reparações pontuais como a fixação ou colagem quando estão em riscos de cair, mas recusa, considerando inaceitável, a realização de cópias ou acrescentos a elementos originais.

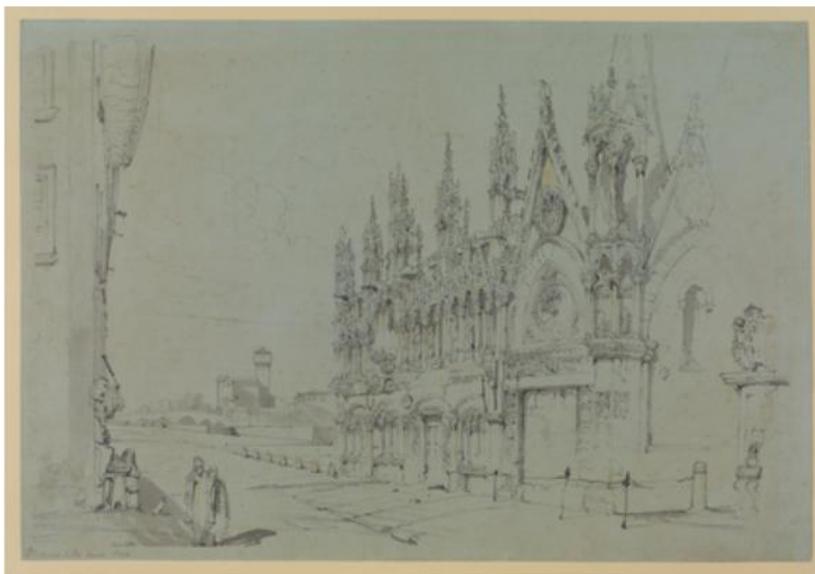
<sup>62</sup>Capítulo VI – The Lamp of Memory

<sup>63</sup> RUSKIN, John – The Lamp of Memory.p.201

<sup>64</sup> Foi o primeiro processo fotográfico a ser anunciado e comercializado ao grande público.



**Fig. 5** – Daguerreótipo da igreja de Santa Maria della Spina, Pisa



**Fig. 6** – Desenho de Ruskin da igreja de Santa Maria della Spina, Pisa

Para Ruskin querer e restaurar um objecto ou um edifício, é ferir a autenticidade que constitui o seu próprio sentido. Nesta sequência, o destino de qualquer monumento histórico é a ruína e a desagregação progressiva<sup>65</sup>. Em suma, a maior e mais profícua contribuição de Ruskin, foi a conservação como metodologia e preservação patrimonial alternativa ao restauro.

---

<sup>65</sup> CHOAY, Françoise – Alegoria do Património. 1999.p.131



**Fig. 7**—Riegl

Alois Riegl (1858-1905) era um grande historiador de arte vienense que desenvolveu um trabalho reflexivo e ambicioso no começo do séc. XX. Este trabalho se baseava num conjunto de atitudes e de comportamentos ligados à noção de monumento histórico. Pois foi o primeiro historiador a pensar, em termos de monumento histórico e não em termos de património.

Desenvolve o “Culto dos Monumentos Modernos”, onde formula sem ambiguidade, a distinção entre monumento e monumento histórico, antes de qualquer outro. A sua teoria define o monumento histórico, através de valores que este foi adquirindo ao longo da história.

A sua análise é estruturada pela oposição de duas categorias de valores. De um lado surge os de “rememoração”, que estão ligados ao passado e fazem intervir a memória. Do outro lado, aparece os de “contemporaneidade” que pertence ao presente.

Na categoria dos valores de rememoração, surge o valor de “antiguidade”<sup>66</sup>, que diz respeito à idade do monumento e às marcas que o tempo lhe imprimiu, surge aliado à memória e cujo termo é a inevitável degradação<sup>67</sup>. Neste valor, era enaltecido o aspecto antigo, a marca da passagem do tempo, como elemento definidor da sua antiguidade. Lembrava ao Homem, o seu lugar no ciclo da vida, e por isso mesmo era facilmente perceptível sensorialmente, sem necessidade de conhecimentos prévios. Ao contrário do “valor histórico”<sup>68</sup>, que remete para um saber, em que apenas os peritos de História e Arte tem essa capacidade de reconhecimento e valorização. Este valor se caracteriza por ser o próprio testemunho histórico, e será tanto maior quanto menor, seja as alterações do monumento com o passar do tempo, desde a sua origem<sup>69</sup>.

A segunda categoria é a de “contemporaneidade”, onde surge o valor de “utilização” e o de “arte”, que por sua vez se divide em “valor artístico novo” e “valor artístico

---

<sup>66</sup> Este valor é imediatamente perceptível por cada um. E é intocável para que seja possível conservar os seus indícios de antiguidade.

<sup>67</sup> RIEGL, Alois – El culto moderno a los monumentos. P.55

<sup>68</sup> O valor histórico é também intocável mas por razões distintas. Pois a veracidade do monumento pode ser perdida ao ser interferido.

<sup>69</sup> RIEGL, Alois – El culto moderno a los monumentos. P.57

| <b>Valores de rememoração</b> | <b>Valores de contemporaneidade</b> |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| Valor de antiguidade          | Valor de utilização                 |
| Valor histórico               | Valor de artístico relativo         |
| Valor de memória / lembrança  | Valor artístico novo                |

**Fig. 8** – Tabela dos Valores de Riegl

relativo”. O “valor de arte relativo” diz respeito à parte das obras artísticas antigas tornadas acessíveis à sensibilidade moderna<sup>70</sup>. Enquanto que o “valor de novidade”<sup>71</sup> se refere à aparência fresca e intacta das obras, pois resulta de uma atitude milenar que atribui ao novo uma superioridade incontestável sobre o velho. Este aspecto se reflectirá profundamente nas intervenções oitocentistas, onde se operará a sua junção ao valor histórico, na procura pelo restabelecimento da unidade acabada, ou do estado original de génese. Riegl acabava por ligar a unidade de estilo ao valor de novidade. Este aspecto era também permanente nos monumentos em utilização, especialmente nos templos da Igreja Católica. Neste conjunto encontrava-se o “valor de utilização”, que é o critério que distingue o monumento histórico das ruínas arqueológicas. Para Riegl este valor é imprescindível, por isso é indiferente o tipo de utilização que acolhe, desde que se garanta a existência do monumento<sup>72</sup>. Este valor levantou discussões relacionadas com a necessidade de adaptação de monumentos antigos a novas funções, muitas vezes considerada como a melhor maneira de os conservar, ou mesmo mantendo a sua função original, como acontecia normalmente no caso dos templos religiosos. Esta adaptação iria desprezar o aspecto de antiguidade, valorizando o histórico, tendo sempre em conta a segurança e habitabilidade dos espaços pelos seus utilizadores.

---

<sup>70</sup> Ibidem p.92

<sup>71</sup> RIEGL, Alois – El culto moderno a los monumentos p.86

<sup>72</sup> Ibidem p.74



**Fig. 9**—Brandi



**Fig. 10** – Praça de S. Marcos séc. XVII



**Fig. 11** – Ponte de Santa Trinitá destruída pelas forças nazis

## Restauro Crítico

Mais tarde surgiu Cesare Brandi (1906-1988), que se destaca pela sua importância fundadora, na recente disciplina de conservação do património cultural, onde expõe os princípios do seu pensamento no livro, a Teoria do Restauro.

Os seus trabalhos teóricos estruturaram uma nova metodologia para a conservação de obras de arte, a qual é extensível aos monumentos. A sua teoria se centra na sobrevalorização dos aspectos históricos relativamente aos aspectos artísticos<sup>73</sup>.

Em relação à situação que se vivia na época, era necessário se analisar as partes desaparecidas dos monumentos, se teriam valor de obra de arte ou não. Caso não fossem dotadas desse valor, poderia ser realizada a sua reconstrução. Mas se os elementos desaparecidos fossem obras de arte, à que excluir a possibilidade, de que se reconstruam como cópias.

O ambiente deverá ser reconstituído com base nos dados espaciais do monumento desaparecido, e não nos formais. Assim, se deveria construir de novo uma Torre na Praça de S. Marcos de Veneza (fig.10), mas não a torre derrubada, e igualmente se deveria levantar uma ponte em Santa Trinitá (fig.11), mas não a ponte de Ammannti. Estas duas obras comentadas por Brandi, constituem dois exemplos de reconstruções realizadas na Europa, devido às destruições provocadas pelas guerras ou acidentes<sup>74</sup>. Mas por exemplo, é tolerável a reconstrução de algumas casas na Praça Navona, em Roma, pois se um ou mais elementos ambientais foram destruídos, a sua reconstrução através de cópias é admissível, pelo motivo de “reconstituição espacial”. Desde que esses elementos não constituam um monumento em si, ou seja, uma obra de arte.

Este enfoque conduzia a práticas de naturezas museológicas ou arqueológicas, das quais, resultava a incapacidade de comunicar os valores estéticos, necessários à interpretação do monumento enquanto obra de arte<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> AGUIAR, José – Cor e cidade histórica. 2002. p.64

<sup>74</sup> BRANDI, Cesare – Teoria do Restauro. 2006.p.137

<sup>75</sup> BRANDI, Cesare – Teoria do Restauro. 2006.p.6



Para Brandi, a obra de arte constitui uma unidade singular, uma totalidade, pelo que não pode se considerar composta por partes. O restauro se deve inserir no processo histórico, como mais um evento na complexa série de acções humanas, que incidiram sobre a obra de arte, e que a projectarão para o futuro<sup>76</sup>.

Em suma, a sua Teoria de Restauro Critico, é extremamente cautelosa quanto à salvaguarda da autenticidade histórica e estética. Pois defende a intervenção mínima, e a preferência pela manutenção, que evita o próprio restauro, conseguindo assim um respeito pelos materiais originais e aceitação de toda a história do projecto<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Ibidem p.29

<sup>77</sup> Ibidem p.47



## Carta de Atenas de 1931

A questão da conservação do património arquitectónico, surge numa conferência convocada pelo Conselho Internacional dos Museus, em Outubro de 1931, em Atenas. As conclusões deste debate foram traduzidas numa carta de intenções, que estabelece os critérios base do restauro moderno<sup>78</sup>. Surge assim a Primeira Carta Internacional do Restauro, que constituiu a base, de diferentes legislações nacionais europeias de salvaguarda de património arquitectónico.

Este documento apresentou alguns princípios e recomendações, tais como, que se evitasse reconstituições integrais, em favor de uma manutenção regular e permanente, sendo que assim seria possível assegurar a preservação do edifício. As obras de restauro deviam respeitar a obra histórica e artística do passado, preservando os vestígios das diversas épocas<sup>79</sup>.

A conferência recomendava que os monumentos recebessem novamente uma ocupação específica, de modo a prolongar a sua vida, mas que respeitassem o seu carácter histórico. Privilegiava também uma gestão pública perante a gestão privada<sup>80</sup>.

Quanto à valorização do monumento, a conferência alerta para o respeito pelo carácter e fisionomia da cidade. Assim a envolvente deve ser alvo de cuidados particulares. Além de que todo o ruído visual deve ser extinto. E quanto à ornamentação vegetal do monumento deve ser estudada e cuidada, pois é importante para conservar o seu carácter antigo<sup>81</sup>.

Em relação aos materiais utilizados no restauro, é permitido o uso de materiais e técnicas modernas na consolidação dos edifícios antigos, desde que não se altere o aspecto exterior e que sejam facilmente reconhecíveis. A carta de Atenas desencoraja

---

<sup>78</sup> Preâmbulo da Carta de Atenas

<sup>79</sup> Carta de Atenas 1931, I – Doutrinas. Princípios Gerais

<sup>80</sup> Cartas de Atenas 1931, II – Administração e Legislação dos Monumentos Históricos

<sup>81</sup> Carta de Atenas 1931, III – A valorização dos monumentos



a remoção da obra de arte do seu contexto original. Mas na falta de peças originais recomenda a execução de moldes<sup>82</sup>.

Nas técnicas de conservação, em relação às ruínas, a Carta de Atenas impõem uma conservação escrupulosa, recolocando no seu lugar os elementos originais encontrados, sempre que isso seja possível. As escavações têm de ser acompanhadas por um arqueólogo e um arquitecto<sup>83</sup>.

Como todos sabemos, os agentes atmosféricos provocam degradação nos monumentos. E os únicos meios de prevenção que existiam eram os métodos correntes utilizados na estatuária monumental. É nesta lógica que a conferência recomendava que cada país juntasse os conservadores de monumentos, os arquitectos e representantes das ciências físicas, químicas e naturais de modo alcançar métodos aplicáveis aos diferentes casos<sup>84</sup>.

Outra medida de prevenção instituída pela Carta de Atenas foi a educação pelo respeito dos monumentos. Pois acreditavam que, inculcando um espírito de abstenção de degradação dos monumentos na juventude, podia proporcionar um interesse pela protecção dos testemunhos das civilizações passadas<sup>85</sup>.

A conferência de 1931 proporcionou que a conservação dos monumentos tivesse uma colaboração internacional. Pois a conservação do património interessa à comunidade dos Estados. Deste modo, se desejava que os Estados prestassem uma colaboração sempre mais vasta e concreta com objectivo de favorecer a conservação dos monumentos.

Por fim, a Carta desejava que cada Estado ou instituição publicasse um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhados de fotografias e descrições, e assim criar um arquivo onde sejam recolhidos todos os documentos<sup>86</sup>.

---

<sup>82</sup> Carta de Atenas 1931, IV – Os materiais do restauro

<sup>83</sup> Carta de Atenas 1931, VI – A técnica de conservação

<sup>84</sup> Carta de Atenas 1931, V – As degradações dos monumentos

<sup>85</sup> Carta de Atenas 1931, VII – A conservação dos monumentos e a colaboração internacional b) o papel da educação no respeito pelos monumentos.

<sup>86</sup> Carta de Atenas 1931, VII – A conservação dos monumentos e a colaboração internacional c) criar uma documentação internacional



## Carta de Veneza 1964

Em Maio de 1964 em Veneza, realizou-se o II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Esta conferência contou com o apoio da UNESCO, do Concelho da Europa, do ICCROM e do ICOM. Desta vez, participaram 61 países de todos os continentes, proporcionando que a influência desta carta crescesse substancialmente, em comparação com a anterior (Carta de Atenas), cujo âmbito foi quase exclusivamente europeu. Foi nesta mesma reunião que se fundou o ICOMOS<sup>87</sup>.

Os reflexos desta Carta surgem em numerosas legislações nacionais, e reverteu também para cartas de carácter regional. Pois esta surgiu da necessidade de enfrentar problemas gradualmente mais complexos e diversificados. Esta Carta constitui ainda hoje o documento internacional fundamental, no que diz respeito aos princípios orientadores da conservação<sup>88</sup>.

Esta nova Carta actualiza a definição de monumento histórico, pois esta passa a englobar a criação arquitectónica, bem como o sítio rural ou urbano. Esta noção se estende também às modestas construções, que adquiriram com o tempo um significado cultural<sup>89</sup>.

O monumento é inseparável da história, da qual é testemunho, e do meio em que está inserido. Nesta sequência, não é permitido a deslocação do todo ou uma parte. Só no caso em que a salvaguarda exija ou por razões de interesse nacional ou internacional o justifiquem<sup>90</sup>. Tal como os elementos de escultura, pintura e decoração não se devem separar do monumento. Só em caso desta ser a única medida susceptível de lhe assegurar a conservação<sup>91</sup>.

---

<sup>87</sup> Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais.

<sup>88</sup> Preâmbulo da Carta de Veneza

<sup>89</sup> Carta de Veneza 1964, Definições Art.1º

<sup>90</sup> Carta de Veneza 1964, Conservação Art.7º

<sup>91</sup> Carta de Veneza 1964, Conservação Art.8º



Assim, como os sítios monumentais devem ser submetidos a cuidados especiais, a fim de salvaguardar a sua integridade e assegurar a sua sanidade, organização e valorização<sup>92</sup>.

A conferência exprimiu a necessidade da colaboração de todas as ciências e técnicas, que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental<sup>93</sup>. Sendo que, a conservação e o restauro dos monumentos devem de contemplar a obra e o testemunho histórico<sup>94</sup>. Quando as técnicas tradicionais, se apresentarem inadequadas nos trabalhos de conservação, deve-se recorrer a técnicas modernas de conservação e construção.<sup>95</sup>

Os elementos utilizados a ocupar falhas existentes, devem-se apresentar harmoniosamente no contexto. Mas tem de ser facilmente perceptível das partes originais, para não falsificar o monumento<sup>96</sup>.

A conservação dos monumentos propõe uma manutenção permanente<sup>97</sup>. Considerando que, a adaptação a uma função útil à sociedade é um meio de conservar. Esta afectação é possível, mas não deve alterar a disposição e a decoração do edifício<sup>98</sup>.

Na conferência se estipulou que a conservação implica um enquadramento à sua escala. Portanto, quando existe o enquadramento original, este deve ser mantido. E qualquer construção nova, destruição ou arranjo susceptível de alterar as relações do volume e cor, devem ser proibidas<sup>99</sup>.

As medidas de restauro devem apresentar um carácter excepcional. Pois deve conservar os valores estéticos e históricos, que se baseia na antiguidade e autenticidade. Este tipo de intervenção deve ser sempre acompanhado de um estudo

---

<sup>92</sup>Carta de Veneza 1964, Sítios Monumentais, Art.14º

<sup>93</sup> Carta de Veneza 1964, Definições, Art.2º

<sup>94</sup> Carta de Veneza 1964, Objectivos Art.3º

<sup>95</sup> Carta de Veneza 1964, Restauro Art.10º

<sup>96</sup> Carta de Veneza 1964, Restauro, Art.12º

<sup>97</sup> Carta de Veneza 1964, Conservação Art.4º

<sup>98</sup> Carta de Veneza 1964, Conservação Art.5º

<sup>99</sup> Carta de Veneza 1964, Conservação Art.6º



arqueológico e histórico do monumento. O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição. Pois esta só deve ser executada, quando se reconheça indispensável, por causas estéticas ou técnicas. E sendo executada, surge como uma forma de continuidade e deve reflectir modernidade<sup>100</sup>.

O objectivo de restauro não é alcançar a unidade do estilo, pois os contributos das diferentes épocas devem ser respeitados. Mesmo quando há a sobreposição de vários estilos, não se deve eleger um em detrimento dos outros. A não ser excepcionalmente, ou seja, na condição que os elementos eliminados tenham pouco interesse. O julgamento sobre as eliminações a efectuar não depende unicamente do autor do projecto<sup>101</sup>.

Não se deve executar acrescentos nos monumentos. A não ser que respeitem todos os elementos da obra, o seu carácter tradicional, o equilíbrio da composição, e as relações com a envolvente<sup>102</sup>.

Quanto às escavações, devem ser desenvolvidas em conformidade com as normas científicas, e com a “Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a Aplicar em Matéria de Escavações”, adoptada pela UNESCO em 1956. O resultado destes trabalhos deve proporcionar uma melhor compreensão do monumento, sem nunca desvirtuar o seu significado. Todo o trabalho de reconstrução é proibido, apenas é tolerado a anastilose, que consiste na recomposição das partes existentes mas desmembradas<sup>103</sup>.

Por fim, todos os trabalhos de conservação, restauro e escavações, deverão ser sempre acompanhados por uma compilação de documentação, desenhos e fotografias. Sendo que todas as fases do trabalho, bem como, elementos formais e técnicos, deverão ser anotados. Estes documentos devem ser guardados em arquivos de um organismo público, e acessível à consulta dos interessados<sup>104</sup>.

---

<sup>100</sup> Carta de Veneza 1964, Restauro, Art.9º

<sup>101</sup> Carta de Veneza 1964, Restauro, Art.11º

<sup>102</sup> Carta de Veneza 1964, Restauro, Art.13º

<sup>103</sup> Carta de Veneza 1964, Escavações, Art.15º

<sup>104</sup> Carta de Veneza 1964, Documentação e Publicação, Art.16º



**Fig. 12** – Biblioteca Municipal de Amarante



**Fig. 13**– Biblioteca Municipal de Tavira



**Fig. 14** – Biblioteca Municipal de Ílhavo

Os três casos de estudo escolhidos são, a Biblioteca Municipal de Amarante (1994-2002), Tavira (1999-2001) e Ílhavo (2002-2004), dos arquitectos António Portugal e Manuel Faria, Carrilho da Graça, Nuno e José Mateus (ARX Portugal), respectivamente. O critério de selecção dos casos de estudo, é a forma como os três exemplos abordam a pré-existência de maneiras distintas, tanto na pesquisa que antecede o projecto como o próprio trabalho final.

A Biblioteca Municipal de Amarante (fig.12) se insere num antigo convento feminino da cidade, e o seu projecto se desenvolveu aliado a uma profunda investigação histórica e arqueológica. O edifício que sobreviveu ao passar do tempo, e que chegou a ser mesmo uma casa nobre, conta toda a sua história no novo serviço público. Pois a biblioteca se restringe ao existente, e mantém a essência construtiva e decorativa<sup>105</sup>.

Na obra de Tavira (fig.13), o arquitecto Carrilho da Graça proporciona um jogo poético, em que a antiga cadeia civil é o coração da nova biblioteca, pois tudo se desenrola em função deste ponto<sup>106</sup>. Nesta intervenção, existe um sentido transcendente de ligações com o passado, que o arquitecto imprimiu no projecto física e metaforicamente<sup>107</sup>.

Por fim, na cidade de Ílhavo (fi.14), a nova biblioteca contempla um monumento com grande história, mas num avançado estado de degradação. O projecto do novo equipamento, introduz elementos construtivos que remetem para o tipo de construções desenvolvidas nas casas nobres. Além de que, o novo equipamento proporciona uma regeneração urbana fundamental na cidade<sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, A. – Adaptação a Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante. 2003, p.5

<sup>106</sup> “Restauro da Antiga Prisão e Reconversão em Biblioteca de Tavira”. In *Arquitectura Ibérica: Reabilitação*.2006.p.159

<sup>107</sup> O arquitecto proporcionou relações físicas, ao relacionar o novo equipamento com o existente, e metaforicamente, ao promover ligações visuais com a envolvente, como é o caso da ligação com a capela de S. Sebastião. Uma vez que, a antiga cadeia e a capela tinham uma ligação religiosa de apoio aos prisioneiros.

<sup>108</sup> “Da Biblioteca para a Cidade” (em linha). In ARX

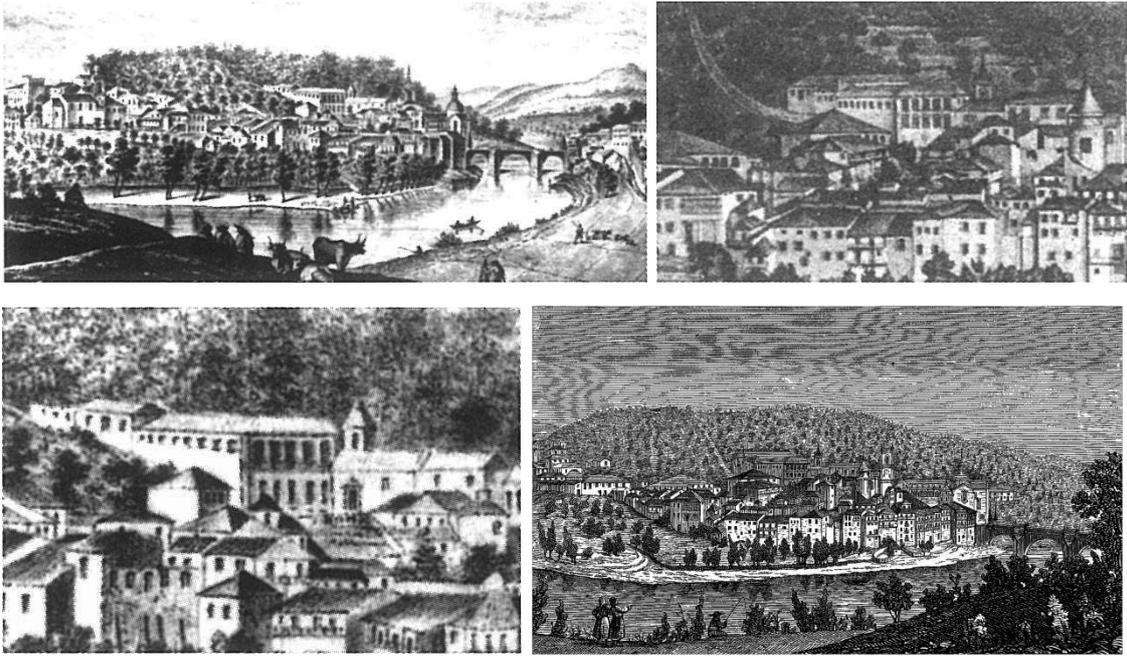


Fig. 15 – Imagens antigas da cidade onde é visível o antigo Convento de Santa Clara



Fig. 16 – Antiga Casa da Cerca

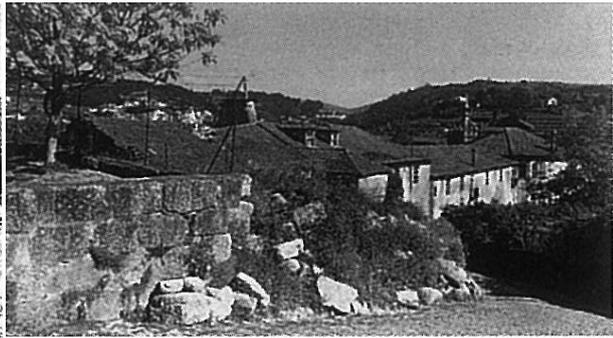


Fig. 17 – Parte do muro da clausura das freiras

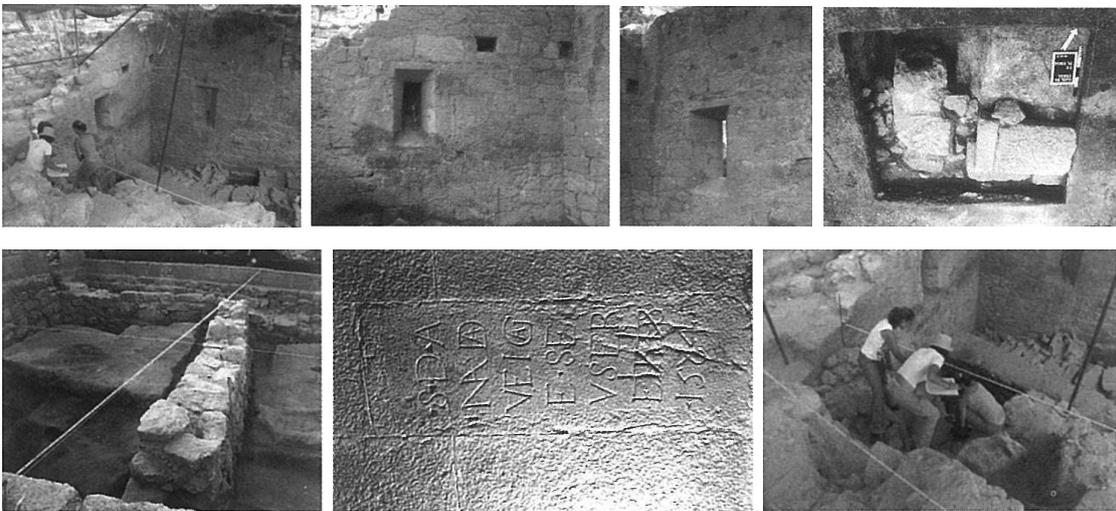


Fig. 18 – Trabalhos de investigação histórica e arqueológica

## Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante Biblioteca Albano Sardoeira

### Análise Histórica do Edifício

A Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante, surge da recuperação da Casa da Cerca, que se situa na zona alta do núcleo histórico da cidade (fig.15), e que por sua vez, é o resultado das transformações sofridas ao Antigo Convento de Santa Clara, desaparecido no séc. XIX<sup>109</sup>.

A Casa da Cerca foi transformada em residência particular<sup>110</sup> (fig.16), e manteve essa designação em memória do antigo muro, ou cerca murada da clausura das freiras, que contornava o convento e persistiu mesmo depois da sua extinção<sup>111</sup> (fig.17). A Câmara Municipal procedeu à aquisição do edifício, e de parte da cerca, com a intenção de o adaptar a Biblioteca e Arquivo Municipal<sup>112</sup>, o que proporcionou uma investigação histórica e arqueológica do antigo complexo monástico (fig.18).

Quanto à origem do convento feminino, permanece algumas dúvidas e mistérios<sup>113</sup>. Contudo, há indícios da existência de vida monástica feminina na cidade, desde a Idade Média. As referências mais antigas, como disposições testamentárias, deixando donativos “às Donas de Amarante”, datam da segunda metade do séc. XIII.

O convento teria começado por uma pequena comunidade, relativamente pobre nos primeiros tempos. No séc. XVI foi edificada a igreja como panteão familiar dos Sousa e dos Cerqueira, o que terá proporcionado alguma notoriedade ao convento.

---

<sup>109</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, A., 2003, p.5

<sup>110</sup> Foi residência particular de um abastado proprietário da região.

<sup>111</sup> O antigo convento feminino de Santa Clara foi um edifício destruído pelo fatídico incêndio que consumiu grande parte da vila de Amarante, em 1809, por ocasião das invasões napoleónicas. Os franceses derrubaram parte do muro da cerca monástica para aí instalar as suas peças de artilharia.

<sup>112</sup> A aquisição pela Câmara Municipal de Amarante dos edifícios e de parte da cerca, está significativamente reduzida pelo crescimento urbano e pelo alargamento ou abertura de novas vias, e a oportuna decisão de recuperar o conjunto a Biblioteca e Arquivo Municipal.

<sup>113</sup> A documentação escrita e conservada nos Arquivos não foi ainda objecto de estudo ou publicações sistemáticas. Pois conhece-se pelo menos um fundo documental importante, ainda não totalmente explorado, incorporado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. No Arquivo Distrital do Porto conservam-se também 16 livros de prazos cobrindo o período entre 1512 e 1856. Fornecendo-nos bastantes informações sobre o património monástico.



Fig. 19 – Capela lateral que reside em ruína

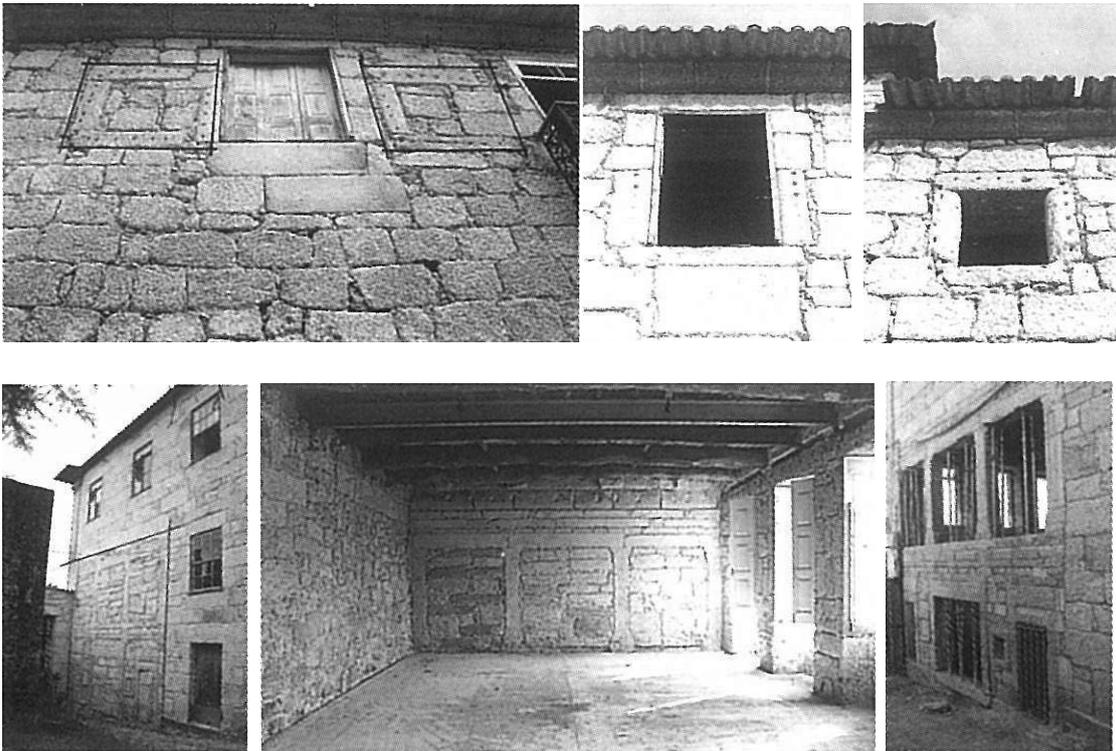


Fig. 20 – Conjunto de imagens da modelação das janelas das celas e o coro alto e baixo

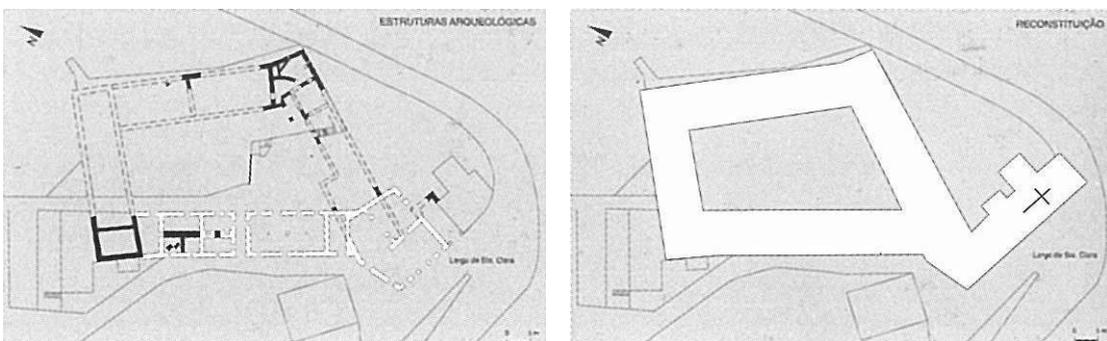


Fig. 21 – Estrutura arqueológica e reconstituição da planta do convento

A igreja possuía duas capelas laterais, sendo que uma ainda resiste em ruínas<sup>114</sup> (fig.19). A igreja<sup>115</sup> era azulejada, com tecto apainelado, com pinturas e molduras douradas. Quanto ao pavimento era lajeado, e integrava também sepulturas. Existia ainda uma capela-mor abobadada, um coro alto e um coro baixo, assim como um mirante<sup>116</sup>.

Com o resultado da investigação histórica e arqueológica, se constatou que na parede da fachada virada para a rua, existia a modulação de pequenas janelas gradeadas, pertencentes às celas monásticas (fig.20). Assim como no interior do edifício foi possível identificar a zona da portaria. Na fachada lateral, reconheceram-se os vãos do antigo Coro Alto e Coro Baixo, que faziam a ligação da igreja ao convento<sup>117</sup>.

Os trabalhos arqueológicos revelaram os alicerces, ou as paredes e pavimentos das construções desaparecidas, assim foi possível desvendar a planta do convento<sup>118</sup>, que possui quatro alas, com espaço central aberto, existia também um corpo saliente a sul, constituído pela igreja e torre sineira, associado a um espaço de cemitério (fig.21). A ala sul se abria para o claustro, através de uma zona porticada com pilares, e no claustro, delimitado pelas quatro alas que definiam o convento, se reconheceu um fontanário com tanque<sup>119</sup>.

---

<sup>114</sup>Sobreviveu a igreja, que foi profundamente mutilada em 1962, aquando da regularização e alargamento da rua que implicou a demolição da capela-mor, subsistindo actualmente uma capela lateral, em ruínas classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. Nº 735/74, DG 297, de 21 de Dezembro de 1974.

<sup>115</sup> A igreja foi instituída como panteão familiar dos Sousas, senhores do concelho de Gouveia de Riba Tâmega, junto a Amarante, e dos Cerqueiras, protectores e patrocinadores de várias beneficiações no convento.

<sup>116</sup> Francisco Craesbeeck fez a descrição completa da igreja, tal como se encontrava em 1726

<sup>117</sup> A investigação que recorreu à utilização de picagem de rebocos e análise de paramentos construtivos revelou-se da máxima importância para o conhecimento da evolução do edifício. Este trabalho prévio de remoção dos revestimentos das paredes permitiu analisar e reconhecer diversas fases construtivas, bem como estabelecer cronologias relativas para cada uma das alterações que o edifício evidencia. A investigação permitiu também reabrir os antigos vão entaipados que ligavam a nave da igreja ao coro.

<sup>118</sup> Com o resultado da picagem de rebocos e análises de paramentos construtivos também foi possível reconhecer-se também o prolongamento da parede da igreja bem como a “costura” correspondente ao ângulo formado com a desaparecida ala Sul do Convento. Assim como muitos outros vestígios de “costuras” e uniões de paredes entretanto desaparecidas, ajudaram a perceber as diversas fases da construção e transformação do edifício.

<sup>119</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, A.,2003, p.10-12



Fig. 22 – Piso inferior



Fig. 23 – Pisos superiores

O antigo convento feminino de Santa Clara, foi destruído por um grande incêndio, causado pelas invasões napoleónicas. Posteriormente, o convento foi adquirido por um abastado proprietário da região, que o transformou em residência particular<sup>120</sup>.

A residência se denominava por “Casa da Cerca”, e ocupava o lado poente do terreno, correspondente à implantação do antigo convento. Do qual restava ruínas de uma Capela e dois volumes, um de planta pentagonal de três pisos, e um segundo volume alongado, que vence um desnível se dissolvendo no terreno<sup>121</sup>.

Este edifício nos pisos inferiores era marcado por uma ruralidade (fig.22), uma vez que, servia de apoio à produção agrícola. Enquanto que nos piso superior (fig.23), apresenta um carácter mais sofisticado, devido à urbanidade dos espaços de vivência social<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, Biblioteca de Amarante. Arquitectura Ibérica: Bibliotecas. 2006.p.29

<sup>121</sup> O segundo corpo extenso e alongado, desenvolve-se paralelamente à pequena rua que vence o desnível entre o Largo de Santa Clara e uma área urbana mais consolidada, na cota superior. O edifício mantém a linha cumeeira relativamente constante, sendo que parte do edifício acaba por apresentar apenas um piso, parecendo fundir-se no terreno.

<sup>122</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, A.,2003, p.13

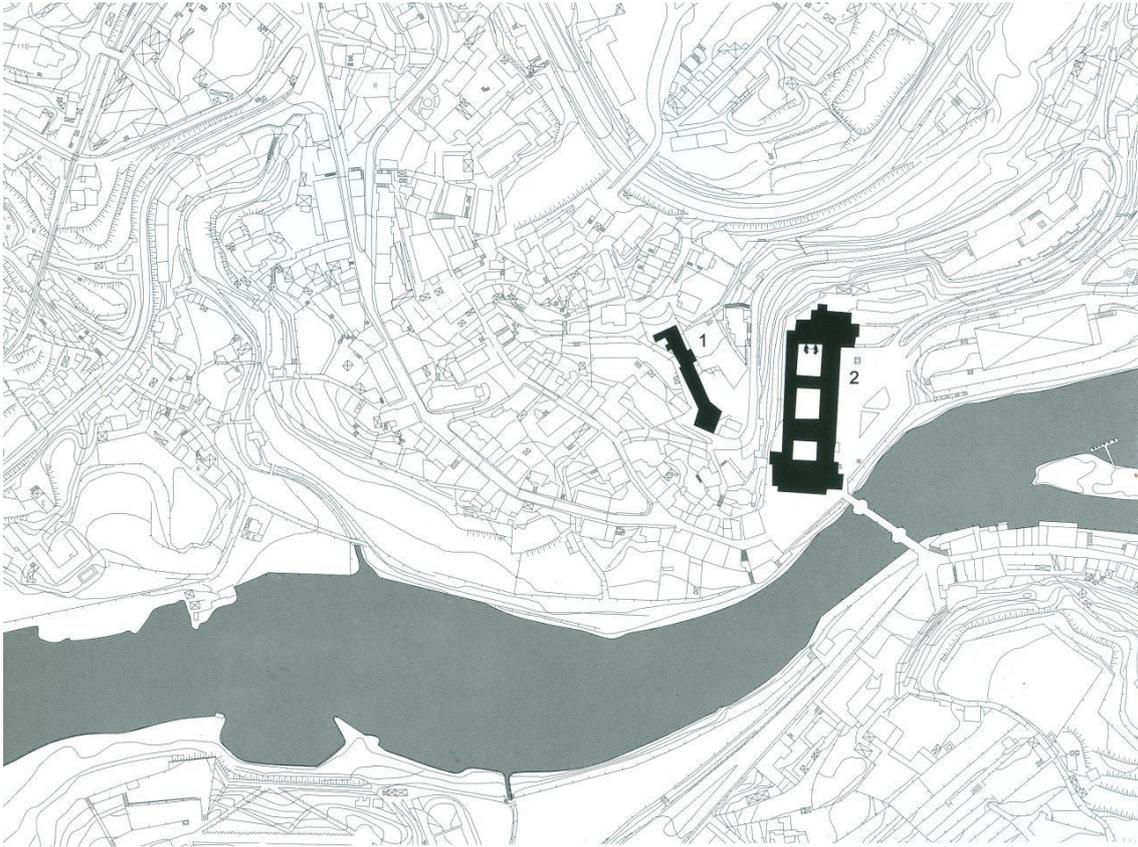


Fig. 24 – 1) Implantação da Biblioteca 2) Mosteiro de São Gonçalo



Fig. 25 – Entrada da Biblioteca



Fig. 26 – Relação da capela com a entrada

## Projecto

A Biblioteca e Arquivo Municipal surgem no Largo de Santa Clara, sobranceira ao emblemático mosteiro de São Gonçalo (fig.24). Corresponde à articulação de dois volumes principais, um volume de planta aproximadamente pentagonal, com três pisos, e um segundo volume extenso e alongado, que se desenvolve paralelamente a uma pequena rua, e vence um desnível dissolvendo-se no terreno<sup>123</sup>.

A dupla de arquitectos, que ganhou o primeiro lugar no concurso público por convites, baseou o seu projecto na vasta pesquisa arqueológica e histórica, que foi desenvolvida<sup>124</sup> simultaneamente. Esta obra se restringe ao existente, e o resultado das pesquisas feitas proporcionaram a criação de um espaço contemporâneo, adaptado às novas exigências e, simultaneamente respeita e valoriza os elementos de construção existente<sup>125</sup>.

A pré-existência onde se instala a nova biblioteca, se caracteriza por possuir uma estrutura complexa, tanto na geometria dos espaços, como na articulação dos níveis e desníveis, onde se distribuem os diversos pisos. Portanto, os arquitectos pretenderam criar uma distribuição funcional, clara e eficaz, tende em mente a relação entre os espaços públicos e privados, e o respeito pela autonomia dos serviços da Biblioteca e do Arquivo Municipal.

A entrada principal da Biblioteca é feita pelo alçado lateral (Sul) do piso inferior, o que corresponde ao portal da desaparecida igreja (fig.25). Surge num pátio que procura valorizar toda a envolvente, bem como realçar as ruínas da capela, que se encontram em frente<sup>126</sup> (fig.26).

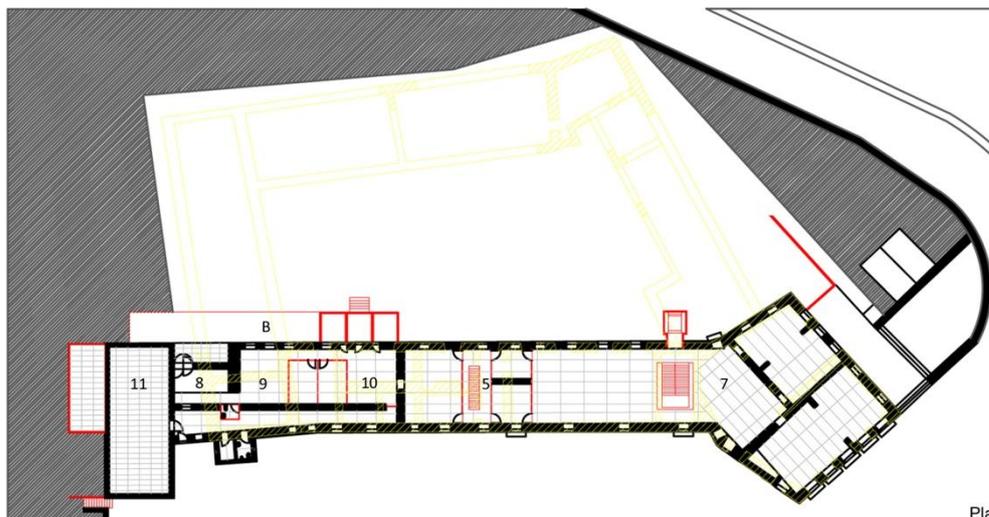
---

<sup>123</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, A.,2003, p.13

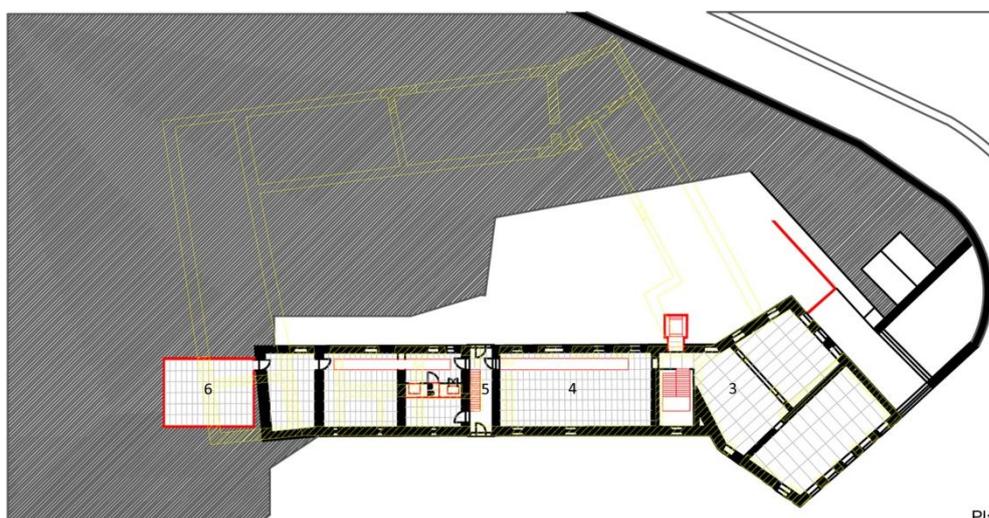
<sup>124</sup> O estudo histórico e arqueológico em curso teve como objectivo central o reconhecimento da longa história que conduziu desde a estruturação da primitiva unidade conventual de Santa Clara, na Idade Média, até as transformações mais recentes que emprestaram ao conjunto edificado e espaços envolventes a forma e a organização que actualmente apresentam.

<sup>125</sup> Impôs-se também como objectivo essencial, em articulação com as propostas do programa arquitectónico de adaptação do edifício, estudar a melhor forma de promover a integração e leitura dos elementos históricos e arqueológicos mais relevantes descobertos no decurso do trabalho, contribuindo assim para a valorização global do projecto de recuperação do edifício.

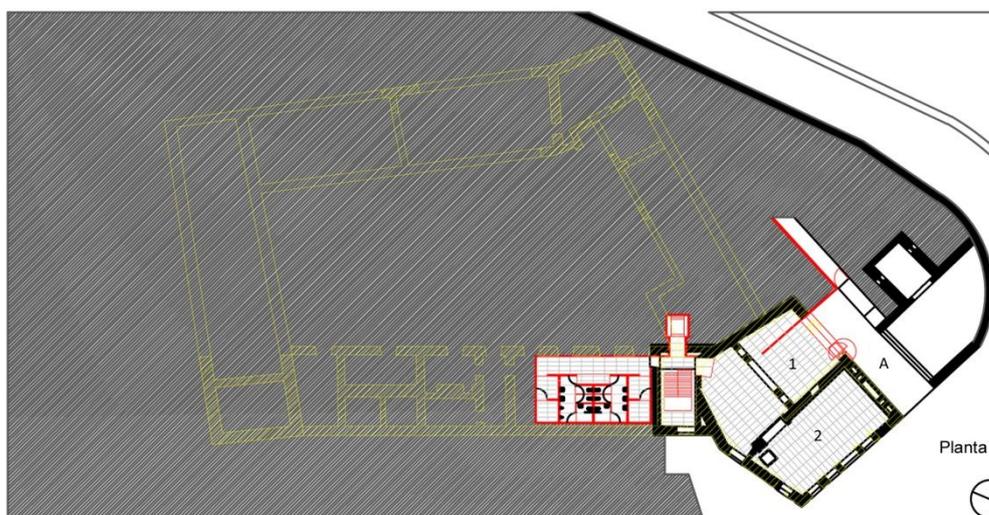
<sup>126</sup> A entrada valoriza os reaparecidos alçados dos coros alto e baixo, entre o convento e a igreja. Bem como o corpo e o espaço frontal à capela classificada, que se mantém e que se abre ao espaço público.



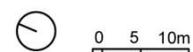
Planta do Piso 2º andar



Planta do Piso 1º andar



Planta do Piso rés-do-chão



- |   |   |  |  |  |  |
|---|---|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: yellow;">■</span> Antigo Convento</li> <li><span style="color: red;">■</span> Construção nova</li> <li><span style="color: black;">■</span> Existente</li> </ul> | <p><b>A) Biblioteca</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1) entrada</li> <li>2) sala polivalente</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>3) secção infanto-juvenil</li> <li>4) audiovisuais</li> <li>5) serviços internos</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>6) depósitos</li> <li>7) secção adulta</li> </ul> | <p><b>B) Arquivo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>8) recepção</li> <li>9) sala de leitura</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>10) serviços internos</li> <li>11) depósitos</li> </ul> |
|---|---|--|--|--|--|

Fig. 27 – Plantas do edifício

A partir do espaço da entrada, sucede-se a recepção, que faz ligação à Sala Polivalente. Este secção ocupa a área mais ampla deste piso, devido à diversidade de programas que pode adquirir. É neste piso<sup>127</sup> que se encontra o ponto de partida do núcleo de acessos verticais, que ocupa a mesma zona relativamente ao imóvel existente, e além disso, enfatiza a articulação entre os dois volumes, devido à sua posição estratégica entre ambos.

Na sequência dos acessos verticais, existe um corpo autónomo no exterior do edifício que é o elevador. Foi deste modo, que os arquitectos conseguiram integrar um acesso vertical mecânico, sem interferir no conjunto preexistente. Este elemento se encontra enterrado no piso inferior e solto numa caixa metálica nos restantes pisos<sup>128</sup>.

Em coerência com a clareza funcional, ocorre também uma caracterização particular dos diferentes espaços arquitectónicos, através da distinção dos elementos preexistentes dos novos elementos que pontuam a intervenção. Uma vez que estes últimos são sempre estruturas que aparecem destacadas do existente, e cujo desenho resulta da própria materialização: volumes de betão aparente, estruturas e caixilhos metálicos. Neste seguimento, percebemos que a opção por estruturas metálicas aparafusadas às paredes de alvenaria, sobre as quais são colocadas as lajes de betão pré-fabricadas, surge como um método que permite distinguir facilmente o novo do existente.

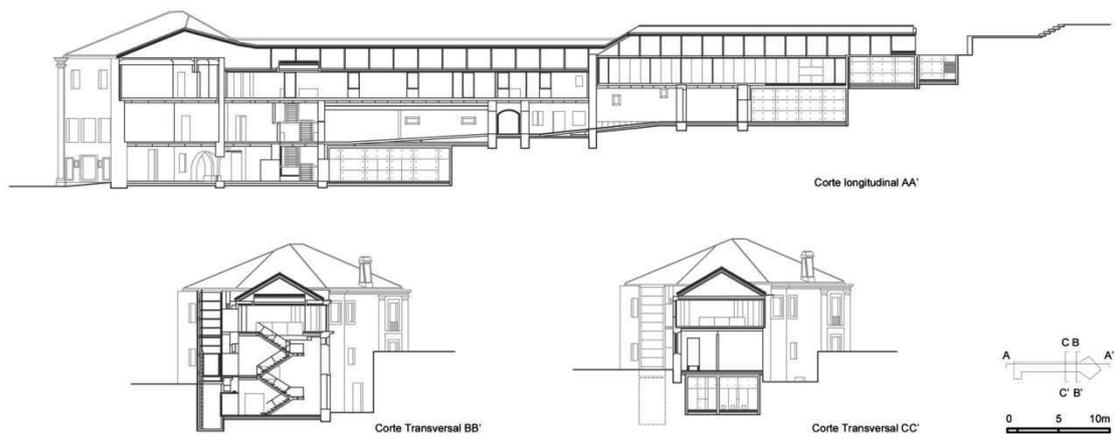
Existe também uma evolução no carácter dos espaços definido pela escolha dos materiais<sup>129</sup>. Por exemplo, no piso térreo, na entrada estamos perante materiais em bruto nos pavimentos, interligados com lajetas de betão, paredes de granito caiadas e estruturas aparentes. Enquanto que no primeiro e segundo piso existe uma outra delicadeza nos acabamentos. Uma vez que, integram os elementos decorativos da antiga casa, com paredes rebocadas, tectos em estuque trabalhado e pavimentos em madeira. O surgimento de alguns materiais em bruto, ou seja, a opção por não colocar rebocos em

---

<sup>127</sup> É também neste piso que existe o grupo principal de sanitários.

<sup>128</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, A., 2003, p.14

<sup>129</sup> A evolução do carácter dos espaços está associado ao antigo programa da Casa da Cerca, visto que o piso inferior surgia como apoio à produção agrícola enquanto que os pisos superior associava-se à vivência social.



**Fig. 28** – Cortes do edifício



**Fig. 29** – Secção infantil



**Fig. 30** – Secção de audiovisuais

**Fig. 31** – Segundo piso



**Fig. 32** – Inserção do edifício no terreno

**Fig. 33** – Zonas de Gabinetes

determinados elementos, surge como forma de perpetua-los, e possibilita efectuar “leituras” históricas da edificação.

Passando ao primeiro andar, quanto ao espaço público, este se encontra dividido em secção infantil (fig.29) e audiovisuais (fig.30). A secção infantil é possuidora de sala leitura, livros infantis e juvenis, e sala do conto, que surge no volume pentagonal. A planta irregular deste volume facilita a divisão das várias subsecções infantis. Já a área de audiovisuais se situa no outro volume, e faz a transição para um espaço de serviços internos.

O segundo andar é dedicado à secção de adultos, esta área garante a estreita ligação entra as diversas actividades previstas, desde periódicas, empréstimos e consulta local.

A organização do espaço, desfruta da riqueza espacial que é conferida pela articulação de ambos os volumes, do jogo criado pelos tectos ornamentados em estuque, e pelas diversas situações ambientais e de luz natural, que proporcionam essas actividades (fig.31).

O espaço de Arquivo Municipal funciona no mesmo volume alongado da Biblioteca mas possui uma entrada distinta e funciona autonomamente. Esta secção constitui o remate do conjunto edificado e reforça a ligação ao terreno (fig.32). Possui um espaço naturalmente defendido, em termos de segurança e luminosidade, destinado às instalações dos depósitos, que resulta da reconstrução de um último corpo, na continuação das plataformas e muros de suporte existentes.

No segundo piso existe gabinetes, (fig.33) que estão ligados verticalmente com os restantes serviços e com o exterior, e ainda com a área pública da biblioteca, flexibilizando ao máximo as circulações internas.

Visto que o edificado existente não foi suficiente para acolher todas as valências da nova biblioteca, o novo projecto contempla um conjunto de três caixas enterradas de betão, que formalizam algumas áreas fechadas. Como no caso dos depósitos de livros e documentos no primeiro e segundo andar. Foi esta a estratégia usada para ampliar a área útil<sup>130</sup>.

---

<sup>130</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, A.,2003, p.14-15



**Fig. 34** – Espaço da entrada



**Fig. 35** – Envolvente da Biblioteca

Por fim, os espaços exteriores, com a excepção das áreas de transição junto às entradas (fig.34), correspondem às alas demolidas no antigo complexo conventual, igreja e claustro. O resultado dos trabalhos de investigação arqueológica vai definir o desenho definitivo deste espaço<sup>131</sup> (fig.35).

---

<sup>131</sup> REIS, M. M. & PORTUGAL, A.,2003, p.14-15



## Análise Crítica

A escolha do antigo convento para receber a nova biblioteca, deve-se ao facto do monumento ser inseparável da história de que é testemunho e do meio que está inserido. Pois o reconhecido do seu valor arquitectónico, e a importância que teve ao longo da história, revela a pertinência da sua intervenção de forma a perpetuá-lo.

O projecto da Biblioteca de Amarante participa da História e da Arqueologia. Pois este é solidamente fundamentado, histórica, arquitectónica e arqueologicamente. Uma vez que, o estudo prévio a que foi submetido, se reflecte na naturalidade como os arquitectos encaram o restauro, através do conhecimento científico. Efectivamente os estudos arqueológicos precedentes à intervenção são extensos e de forte rigor, dando a conhecer a história do edifício, o entendimento arquitectónico organizacional e formal do complexo conventual. A história do convento e da Casa da Cerca serve como ponto de partida, tornando o próprio edificado como lugar de projecto<sup>132</sup>.

As rigorosas investigações efectuadas interligam o trabalho dos arqueólogos e dos arquitectos. Pois só com a cooperação de ambos é possível alcançar a melhor solução de conservação<sup>133</sup>. E só com estes meios de intervenção, é possível salvaguardar a integridade e assegurar a sanidade do monumento<sup>134</sup>.

A história da evolução do edifício legitimou mais um estado, o da própria intervenção, já que a história vale na medida em que pode resolver os problemas do presente, e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão.

No restauro da antiga Casa da Cerca, a dupla de arquitectos recorre a soluções formais que se aproximam da antiga espacialidade e dos seus valores plásticos, mantendo elementos decorativos, como os tectos decorados e no piso térreo as paredes em bruto. A reconstituição mimética foi ignorada, visto que, o desenho resultou de um processo criativo que elegeu a analogia, entendida como recuperação de elementos

---

<sup>132</sup> Teoria do Restauro Estilístico defendido por Viollet-le-Duc que procura uma unidade formal e estilística nas intervenções de salvaguarda em monumentos.

<sup>133</sup> Carta de Atenas de 1931, VI – A técnica de conservação

<sup>134</sup> Carta de Veneza de 1964, Artº14 – sítios e monumentos



significativos da estrutura antiga, quer seja por simplificação formal ou construtiva. Deste modo, o projecto pretendia fugir à cópia exacta, contornando a difícil questão de autenticidade histórica<sup>135</sup> e, torna perceptível a marcação das diferenças entre o novo e o existente, obtendo assim a necessária unidade visual.

As características da pré-existência se revelam totalmente validadas, para acolher a nova capacidade funcional. Por isso, é de sublinhar a importância dada aos aspectos históricos, estéticos e artísticos na concepção da utilidade. O novo programa é pertinente para introduzir o monumento na vida social da comunidade, e assim promover o carácter social e económica da arquitectura<sup>136</sup>. Além de que a biblioteca se adapta às pré-existências, mantendo a organização e decoração, tal como promove Viollet-le-Duc.

A formalidade funcional e tipológica do novo programa, inserido na pré-existência é ultrapassada pelo modo como se actuou sobre a estrutura, através de uma resposta construtiva que resolve o conforto com a matéria existente<sup>137</sup>.

A lógica funcional e construtiva do edificio é essencialmente mantida, pois sem dúvida que existe um forte paralelismo entre a funcionalidade da antiga casa, e as exigências da biblioteca. O novo programa da biblioteca, se distribui conforme as áreas mais amplas e segundo uma hierarquia funcional, respeitando a estrutura original<sup>138</sup>. Além de que a Biblioteca procedeu à conservação de elementos decorativos, de forma a perpetuar a identidade da antiga Casa da Cerca.

As comunidades necessitam de ancoradouros de memória, de sítios, de valores e de padrões, isto é, de um Património que seja o fundamento da sua consciência e lhes

---

<sup>135</sup> Viollet-le-Duc recorre à utilização da História e da Arqueologia como fontes de referência e através de métodos comparados de estilo.

<sup>136</sup> Viollet-le-Duc defende que o novo uso não deve alterar a disposição ou a decoração do edificio, de modo a prolongar a sua vida. Portanto condena-se a alteração do monumento para responder ao novo uso.

<sup>137</sup> Princípio presente na Carta de Atenas, I Doutrinas. Princípios Gerais e na Carta de Veneza, Conservação Art.5º

<sup>138</sup> No desenvolvimento do programa da biblioteca ocorre uma evolução do carácter dos espaços pela escolha dos materiais. Pois no piso da entrada surgem materiais em bruto nos pavimentos, paredes de granito caiadas que possibilitam efectuar "leituras" históricas da edificação. Enquanto que nos pisos superiores existe outra delicadeza nos acabamentos, uma vez que, são reapropriados elementos decorativos da antiga casa.



garanta a perspectividade do futuro. O monumento não pode ser olhado apenas como uma reserva, pois senão, estará sempre ligado a uma recordação ou nostalgia do passado<sup>139</sup>. É necessário adquirir um uso, que o integre no nosso presente, tal como prevalece nas reflexões de Riegl.

A opção por manter certas paredes sem revestimentos, resulta numa exaltação do estado original, e assim conduz a uma preservação do valor rememorativo de antiguidade. Tendo como resultado a imagem do antigo convento no novo projecto.

A analogia exige uma comparação entre a unidade intuitiva da obra de arte, com a unidade lógica, com a qual se pensa a realidade existencial, sendo que este processo é recusado por Brandi no restauro. No entanto, a analogia, é entendida pela recuperação de elementos significativos da estrutura antiga, por simplificação formal e construtiva. Brandi defende que “...a intervenção orientada para reencontrar a unidade original (...) deve limitar-se a desenvolver as sugestões implícitas nos próprios fragmentos ou que se possam encontrar em testemunhos autênticos do seu estado original.”<sup>140</sup> Ora é assim que a traça formal remanescente da antiga Casa da Cerca, contribui para a figuratividade da imagem em detrimento do aspecto.

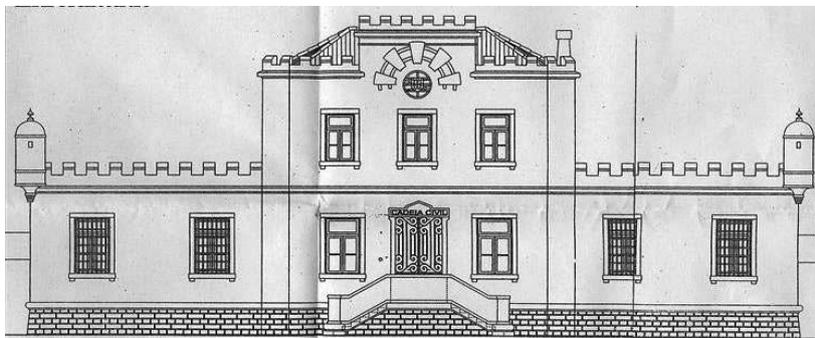
---

<sup>139</sup> Almeida, C.A.F – Património - Riegl e Hoje. 1993. p. 412

<sup>140</sup> BRANDI, Cesare – Teoria do restauro. 2006.p.16



**Fig. 36-** Vista aérea da antiga cadeia civil



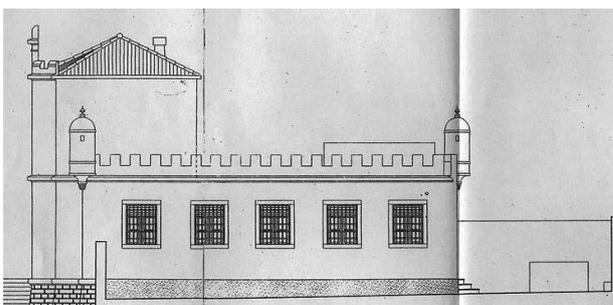
**Fig. 37 –** Alçado principal



**Fig. 38 –** Envolvente da cadeia



**Fig. 39 –** Capela de São Sebastião



**Fig. 40 –** Alçado lateral



**Fig. 41 –** Cobertura em terraço da ala lateral

Análise Histórica do Edifício

Quanto à cidade de Tavira houve um grande interesse em recuperar espaços urbanos e edifícios com valor patrimonial<sup>141</sup>. Assistimos a este tipo de intervenções em palácios, conventos, igrejas e também na Antiga Cadeia Civil (fig.36).

Este imóvel foi construído de raiz em 1916 e se caracterizava por apresentar um estilo revivalista<sup>142</sup>. Era uma cadeia mista, portanto, foi construída segundo um modelo planimétrico, composto por duas alas prisionais, que ladeavam um corpo central de carácter administrativo. O seu alçado (fig.37) e volumetria seguiam o modelo da arquitectura militar portuguesa de Quinhentos<sup>143</sup>.

Este edifício está implantado de forma isolada, (fig.38) e é de salientar que o seu alçado principal, está praticamente de frente para a capela barroca de S. Sebastião<sup>144</sup> (fig.39). A orientação e a proximidade entre a antiga cadeia e a capela, deve-se à história e ao espírito do lugar, pois a capela tinha como propósito dar apoio emocional e espiritual aos presos<sup>145</sup>.

A antiga cadeia possuía uma planta rectangular e irregular, sendo composta por um corpo central e duas alas laterais maiores e não simétricas entre si. Sendo que o equipamento resulta de volumes articulados com cobertura diferenciada (fig.40), pois o corpo central possui um telhado de quatro águas e as alas laterais são em terraço<sup>146</sup> (fig.41).

---

<sup>141</sup> BEATO, Filipe – Obras Importantes no Centro Histórico. 2007.p.8

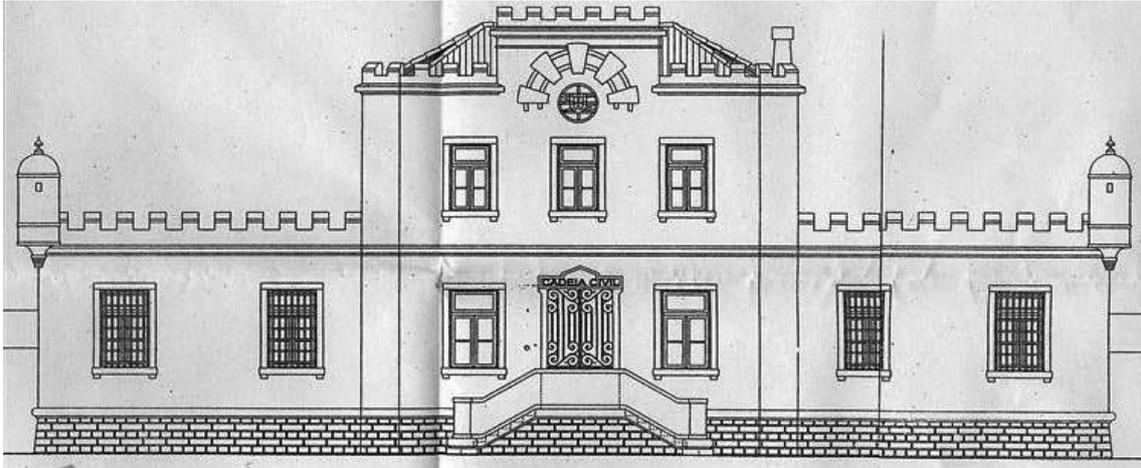
<sup>142</sup> FERNANDES, José Manuel – 21 Projectos do século 21, p.4

<sup>143</sup> SIPA – Cadeia Civil de Tavira

<sup>144</sup> Capela do séc. XVIII e é composta por uma única nave alongada, apresentando exteriormente um aspecto simples e austero.

<sup>145</sup> REBELO, Paulo J. F. – Arquitectura de Bibliotecas, 2012.p.127

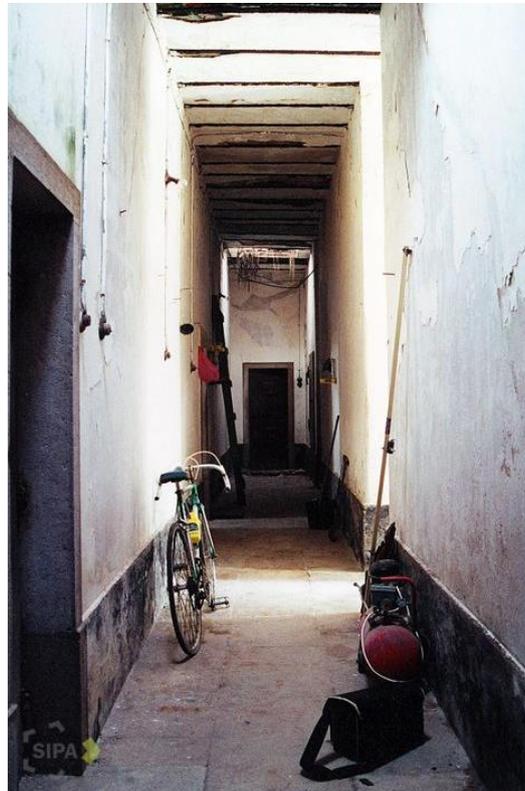
<sup>146</sup> SIPA – Cadeia Civil de Tavira



**Fig. 42** – Alçado principal (nascente)



**Fig. 43** – Remate do volume lateral



**Fig. 44** – Corredor de acesso às alas laterais

A fachada principal é virada a nascente e é composta por três corpos. Em que o corpo central se encontrava ligeiramente avançado em relação aos restantes. É neste ponto, que se faz o acesso através de uma escadaria afrontada, para uma porta encimada por um lintel com a designação “CADEIA CIVIL”<sup>147</sup>.

A porta principal de entrada era ladeada por duas janelas rectangulares, com moldura em cantaria e gradeadas. E o piso superior é marcado por três janelas simétricas rectangulares. Além de que este corpo era coroado por ameias e, ao centro, um frontão que possui o escudo da República portuguesa<sup>148</sup>.

Quanto aos corpos laterais, apresentavam duas janelas para nascente. Eram igualmente coroados por ameias e nas extremidades possuíam uma pequena guarita de vigia (fig.43). O volume a sul correspondia à ala masculina, enquanto que, o volume a norte pertencia à ala feminina, e era mais pequeno<sup>149</sup>.

Na organização interior, no volume central existia um pequeno átrio que estabelecia ligação com todas as partes do edifício. Era neste volume que se encontravam as dependências administrativas, como secretaria, sala de advogados e sala de visitas. E o acesso às alas prisionais era feito através de um corredor, (fig.44) que atravessava transversalmente o interior do edifício<sup>150</sup>.

A ala masculina, era composta por duas celas individuais, uma cela dupla, camarata, sala de trabalho, dois sanitários e uma sala de banho. Enquanto que, a ala feminina possuía uma organização semelhante, mas com compartimentos de menor dimensão e apenas uma cela individual<sup>151</sup>.

---

<sup>147</sup>SIPA – Cadeia Civil de Tavira

<sup>148</sup> Ibidem

<sup>149</sup> Ibidem

<sup>150</sup> Ibidem

<sup>151</sup> Ibidem



**Fig. 45** – Implantação da Biblioteca



**Fig. 46** – Entrada da Biblioteca



**Fig. 47** – Percursos Pedonais

**Fig. 48** – Relação do pátio de entrada com a fachada

## Projecto

A Biblioteca Municipal Álvaro de Campos é concebida no centro da cidade de Tavira, num lote irregular (fig.45). O arquitecto Carrilho da Graça consolidou a ruína, ou seja, a antiga fachada da cadeia, tornando este elemento o centro do projecto. O programa da biblioteca se interliga com a ruína, proporcionando diferentes ambientes, espaços e actividades ao leitor.

O programa preliminar, pretendia recuperar a antiga cadeia civil e reverter em biblioteca municipal. Mas devido ao seu avançado estado de degradação, e pelas características do edifício, esta solução se mostrou pouco viável. Então conservou-se a fachada principal, sendo que este elemento se assumiu como o centro do projecto<sup>152</sup>.

A conversão da antiga cadeia em biblioteca funciona numa espécie de negativo, as ruínas existentes contornam o pátio – ou seja, o antigo edifício civil dá lugar ao novo vazio da biblioteca, enquanto que o novo equipamento, se desenvolve à volta da pré-existência – onde antes era vazio. Da antiga cadeia, foram conservados a fachada principal e o lajedo de pedra do pavimento, em memória do edifício<sup>153</sup>.

Em coerência com as cêrceas das construções envolventes, o volume da biblioteca se expande por todo terreno, com um volume de apenas um piso, surgindo uma excepção, no alçado da entrada que possui dois pisos.

A entrada do edifício (fig.46) é feita a uma cota superior ao nível da estrada, só a partir desse ponto, é que se descobre a fachada e o vazio do pátio, como se tivessem aprisionados em relação à rua. Carrilho da Graça desenvolve um desenho de percursos pedonais (fig.47), que criam um momento de *suspense* que antecede a entrada. Sendo que assim, apenas se encontra esse ponto com o desenrolar dos percursos<sup>154</sup>.

O ponto central da biblioteca, sem dúvida que é a fachada e o pátio que foram preservados (fig.48), pois é à volta destes elementos que se desenvolve a vida do novo edifício. O pavimento em lajedo de pedra possui várias dimensões e estados de

---

<sup>152</sup> “Restauro da Antiga Prisão e Reversão em Biblioteca de Tavira”. In *Arquitectura Ibérica: Reabilitação*.2006.p.159

<sup>153</sup> SILVA, Maria R. C. S. – *Bibliotecas Contemporâneas em Portugal*.2012.p.127

<sup>154</sup> REBELO, Paulo J. F. – *Arquitectura de Bibliotecas*, 2012.p.131



**Fig. 49** – Pátio no interior das ruínas



**Fig. 50** – Esplanada exterior



**Fig. 51** – Muros que limitam a biblioteca



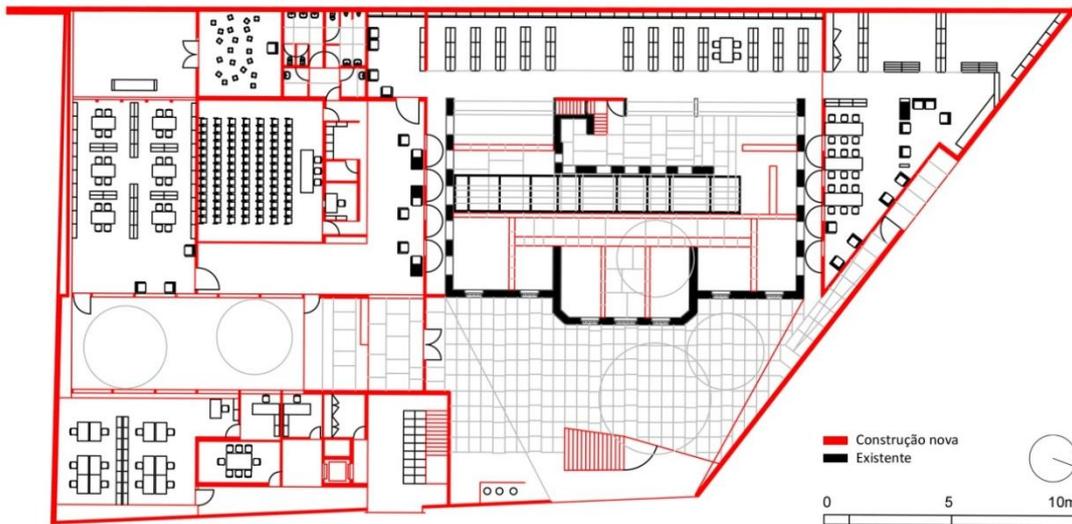
**Fig. 52** – Biblioteca com aberturas pontuais



**Fig. 53** – Abertura estratégica para a capela



**Fig. 54** – Relação da biblioteca com a capela



**Fig. 55** – Planta da Biblioteca

conservação, se apresenta como uma espécie de patchwork onde surgem jogos com planos de água e vegetação (fig.49). Dado que, a ruína da antiga cadeia é o coração do novo edifício, este espaço proporciona paragens, passagens e cruzamentos tanto no interior da biblioteca como na esplanada exterior<sup>155</sup> (fig.50).

O arquitecto pretendeu criar um ambiente cenográfico à volta das antigas ruínas. Para isso, a biblioteca apresenta-se com um carácter misterioso, pois apenas revela parte da antiga cadeia, pois o resto do edifício, só é desvendado à medida que o cidadão percorre os diferentes espaços, atravessando os corredores e cruzando os pátios interiores.

Deste modo, as paredes da antiga cadeia limitam o pátio ao ar livre, que proporciona grandes relações entre o espaço interior e exterior. Assim a biblioteca se fecha sobre si própria, para dentro do quarteirão. Visto que da rua se observa panos opacos, que são as paredes delimitadoras do edifício (fig.51), pontuadas por limitados rasgos em situações estratégicas (fig.52). Esta opacidade do volume tem uma conexão metafórica, a intenção de capa de livro: que de forma misteriosa nos mantém presos ao desenlace, ao conteúdo<sup>156</sup>.

O ponto de partida para uma organização coerente é o átrio de acesso, que aglomera e torna imediatamente visível e acessíveis os principais espaços. Este átrio que marca a entrada do edifício se caracteriza por ser bastante iluminado, uma vez que, é seguido de um pátio a sul<sup>157</sup>.

A nascente do átrio, o público é confrontado por uma janela aberta (fig.53) onde é possível observar a igreja de S. Sebastião<sup>158</sup>, como que emoldurada (fig.54). Deste modo, neste ponto, assistimos a uma relação visual com o exterior, que mais uma vez, demonstra um carácter cenográfico, que o arquitecto foi criando na concepção do ambiente.

---

<sup>155</sup> FERNANDES, José Manuel – 21 Projectos do século 21, p.4

<sup>156</sup> SILVA, Maria R. C. S. – Bibliotecas Contemporâneas em Portugal.2012.p.129

<sup>157</sup> “Restauro da Antiga Prisão e Reversão em Biblioteca de Tavira”. In *Arquitectura Ibérica: Reabilitação*.2006.p.161

<sup>158</sup> O desenho desta abertura foi pensado estrategicamente, para conferir ao monumento religioso uma importância cultural. Reforçando a relação entre o edifício civil e religioso, que existia.

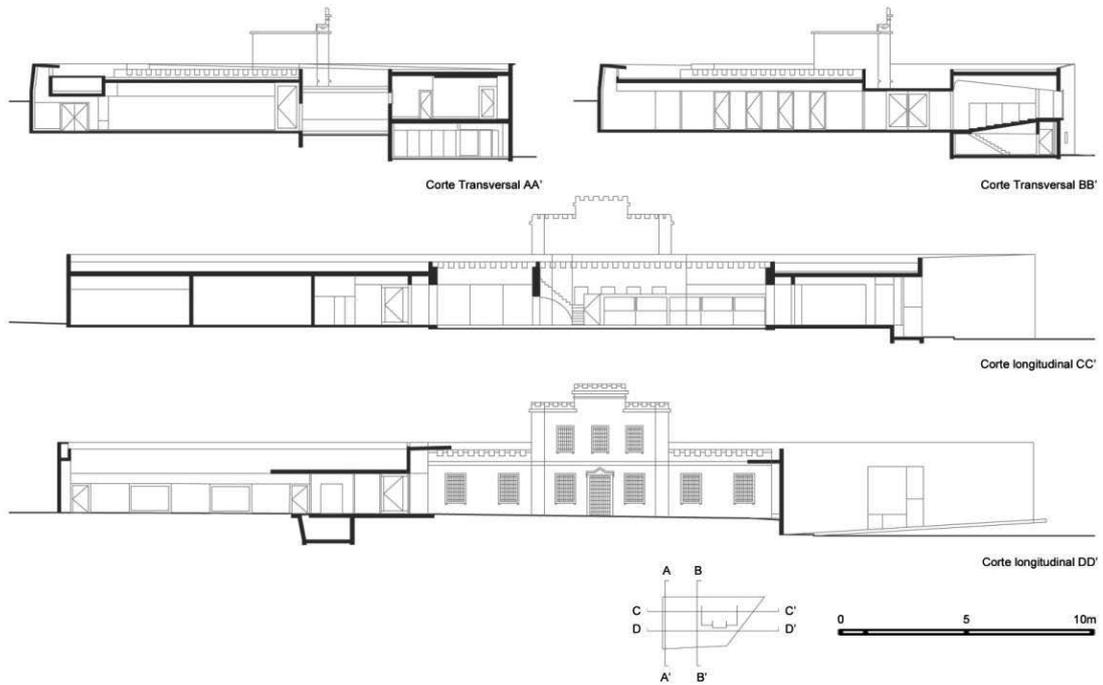


Fig. 56 – Cortes do edifício



Fig. 57 – Sala polivalente fechada e aberta



Fig. 58 – Seção infantil



Fig. 59 – Abertura zenital

O programa do projecto se desenvolve do centro para a periferia, promovendo espaços de estar e circulação sempre relacionados com as ruínas, pois estas assumem um papel simbólico no novo edificado. A biblioteca progride a partir do jardim/pátio, numa sequência lógica de espaços de lazer, circulação e trabalho.

Ao aprofundarmos a análise da planta (fig.55), concluímos também que, o programa público se desenvolve em duas direcções: a sala polivalente e a secção infanto-juvenil a sul, ambas viradas para o pátio, enquanto que a secção de adultos se encontra a poente<sup>159</sup>.

A sala polivalente é acompanhada por um foyer, onde se encontra o bar de apoio. Esta sala surge com a capacidade de ser um espaço multifuncional, desde auditório, salas de exposições, etc. Para conseguir esta diversidade de usos, a sala possui a possibilidade de estar interligada com o átrio, através de painéis deslizantes, que permitem a extensão do espaço, quando estes estão abertos<sup>160</sup> (fig.57).

A nascente, mais afastada da entrada, se encontra a área infantil (fig.58), com os espaços de consulta local, individualizada ou de grupo. Estes espaços possuem iluminação e ventilação natural, através das janelas abertas para um pátio<sup>161</sup>. Estas aberturas privilegiam a leitura no exterior quando está bom tempo.

Quanto à sala de leitura juvenil, é um espaço comprido, com iluminação directa nos topos e uma abertura zenital (fig.59), onde a luz penetra até ser reflectida na parede. Desta forma, compreendemos o esforço do arquitecto em aproveitar ao máximo as potencialidades da luz solar<sup>162</sup>.

Nesta sequência, encontramos outra sala, mais isolada, a sala do conto. Este espaço é dedicado à actividade de leitura infantil, por isso, a sua cor, forma e materialidade potenciam um conforto especial. Esta sala possui também acesso directo ao pátio<sup>163</sup>.

---

<sup>159</sup> REBELO, Paulo J. F. – *Arquitectura de Bibliotecas*, 2012.p.131-133

<sup>160</sup> SILVA, Maria R. C. S. – *Bibliotecas Contemporâneas em Portugal*.2012.p.129

<sup>161</sup> “Restauro da Antiga Prisão e Reconversão em Biblioteca de Tavira”. In *Arquitectura Ibérica: Reabilitação*.2006.p.166

<sup>162</sup> SILVA, Maria R. C. S. – *Bibliotecas Contemporâneas em Portugal*.2012.p.129

<sup>163</sup> *Ibidem* p.131



**Fig. 60** – Secção de periódicas



**Fig. 61** – Contacto visual com a sala de leitura



**Fig. 62** – Relação com o pátio



**Fig. 63** – Corredor da sala de leitura e relação com o pátio



**Fig. 64** – Sala de leitura da secção de adultos



**Fig. 65** – Secção de periódicas



**Fig. 66** – Sala de consulta local

Em relação à secção de adulto, que se encontra na outra extremidade do edifício, possui numa primeira fase, a zona de leitura informal de periódicas (fig.60), que se desenvolve na passagem do átrio da entrada para a sala de leitura. Assim estamos perante um ambiente mais relaxado e próximo do utilizador. Este espaço se encontra separado da sala de leitura por apenas um vidro (fig.61). Assim o arquitecto conseguiu proporcionar uma continuidade visual dos espaços, uma vez que, as áreas são pequenas<sup>164</sup>.

Depois deste primeiro sector, existe um corredor iluminado com vãos envidraçados, que por se desenvolver paralelamente ao jardim desenhado dentro das ruínas (fig.62), permite um contacto visual com este. Este percurso possui estantes dispostas ortogonalmente e uma mesa corrida junto aos envidraçados, que possibilita o leitor fazer rápidas consultas ou mesmo trabalhar (fig.63).

Quanto à área de leitura, se encontra mais afastado do átrio de acesso, uma vez que, deve ser um espaço individualizado e silencioso. Esta se caracteriza por ser um espaço de planta livre, que é organizado pelo mobiliário (fig.64). Nesta zona, se encontra também as subsecções de audiovisuais e informática, num espaço de pouca luz natural, visto que também este tipo de programas não necessita<sup>165</sup>.

Carrilho da Graça, ao desenvolver o projecto optou por caracterizar a biblioteca com ambientes animados, através da forma mas também da cor. Deste modo os percursos interiores são marcados por cores fortes, como o preto e o laranja, transmitindo assim sensações aos utilizadores. O preto, descobrimos nos espaços de distribuição para os diferentes serviços e na zona de leitura informal (fig.65). Já o laranja é a cor predominante na sala de leitura (fig.66). Tal como acontece nas paredes, a cor do pavimento também foi escolhida com a intenção de ser uma mais-valia na reflexão da luz. Já no exterior, domina o castanho, entrando num jogo de contraste com as paredes brancas da antiga cadeia<sup>166</sup>.

---

<sup>164</sup> REBELO, Paulo J. F. – Arquitectura de Bibliotecas, 2012.p.133

<sup>165</sup> SILVA, Maria R. C. S. – Bibliotecas Contemporâneas em Portugal.2012.p.131-133

<sup>166</sup> Ibidem p.133-135



## Análise Crítica

A classificação patrimonial se estende também aos centros históricos, em que nestas zonas as cidades têm monumentos degradados. É nesta sequência que surge a vontade de recuperar e reabilitar, até para que estas zonas não sejam abandonadas de todo. Por isso, este tipo de património têm regras diferentes, ou seja, se facilita um arranjo interno mais livre, porque é necessário higienizar e dar condições de habitabilidade<sup>167</sup>. É em consideração a esta premissa que a intervenção de Tavira é diferente dos outros casos de estudo, pois se optou pela exaltação da ruína, em vez de forçar a sua integração no novo programa.

O projecto da Biblioteca de Tavira surge como uma ruptura, no sentido metodológico e conceptual no acto de intervir em edifícios históricos. Pois não se trata apenas da conservação da ruína da antiga cadeia. O projecto tem um papel activo sobre a matéria para dar continuidade à vida do monumento. Como por exemplo, reutiliza o lajedo de pedra no pátio de entrada, em memória do edifício.

A intervenção proporciona a procura da leitura dos vários estados de transformação, que o lugar sofreu. E perante o avançado estado de degradação, e incompatibilidade do programa com a estrutura existente, proporcionou que se mantivesse apenas a fachada da antiga cadeia, de modo a proporcionar a continuidade histórica<sup>168</sup>.

Carrilho da Graça, usa a pré-existência da antiga cadeia civil como matéria de projecto, relê nela o fluir da história e, aceita sobreposições ou apropriações estilísticas ou linguísticas, recorrendo a vários meios para a clarificar. Deste modo, a ruína da antiga cadeia civil, que permanece no projecto ganha uma presença de sentido material e visual.

Na Biblioteca municipal ocorre uma sobrevalorização da ruína, visto que o que resta da antiga cadeia persiste sem sofrer nenhuma interferência. Ou seja, o que permaneceu foi conservado e passou a ser o centro do novo projecto, pois tudo se desenvolve

---

<sup>167</sup> ALMEIDA, C. A. F., Património – Riegl e Hoje, p.410

<sup>168</sup> Carta de Atenas 1931, IV – Os materiais de restauro; Carta de Veneza 1964, Restauro Art.9º,11º e 12º



sobre a sua influência. A ruína adquiriu carácter sagrado, ao ser o centro do novo projecto. Deste modo, esta intervenção se apresenta mais próxima da posição de Ruskin<sup>169</sup>, defendendo uma doutrina anti-intervencionista. A sua concepção de Monumento Histórico se baseia na premissa de que “o trabalho das gerações passadas confere aos edifícios que elas nos legaram um carácter sagrado. As marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência”<sup>170</sup>(Choay,1999, p.130).

Ao analisarmos o projecto de intervenção, reconhecemos uma exaltação do valor artístico face ao conhecimento histórico<sup>171</sup>. Pois ao ser reconhecido o valor artístico na obra, não é possível reconstruir os elementos desaparecidos, porque não se pretende reconstruir cópias. É neste sentido que vamos ao encontro do restauro crítico de Cesare Brandi, que prevaleceu a reconstrução com base nos dados espaciais do monumento desaparecidos e não nos formais.

O objecto artístico, a antiga cadeia civil, é validado através das várias disciplinas, pois através da abordagem científica surge um maior conhecimento e entendimento histórico e estético da obra. Carrilho da Graça não procedeu a reintegração formal ou reconstruiu rigorosamente os espaços, mas elegeu a recuperação da expressão artística. Desta forma, a história do monumento ligava-se à concreta materialidade do objecto. Uma vez que, qualquer procedimento em relação à obra de arte e, conseqüentemente, a qualidade de uma intervenção, são estritamente dependentes do prévio reconhecimento, validação ou avaliação crítica, através de um juízo de artisticidade<sup>172</sup>.

O valor da ruína, na Biblioteca de Tavira, excede o campo histórico, extrapolando-se para a instância estética. Visto que, esta, consiste no seu carácter expressivo e na sua capacidade evocativa. A antiga fachada da cadeia presente na nova biblioteca, assume

---

<sup>169</sup> John Ruskin (1819-1900) denunciou qualquer tipo de Restauração. Em 1849, exclamou as Sete Lâmpadas da Arquitetura, onde desenvolveu as suas principais teorias arquitectónicas. Ruskin defende um anti-intervencionismo radical, e que é consequência da sua concepção de monumento histórico.

<sup>170</sup> CHOAY, Françoise – Alegoria do Património.1999.p.130

<sup>171</sup> BRANDI, Cesare – Teoria do Restauro.2006.p.64

<sup>172</sup> BRANDI, Cesare – Teoria do Restauro.2006.p.97



uma imagem de “ausência” na composição da nova estrutura, remetendo para memória. A identidade da antiga cadeia abarca, no tempo próximo antecedente ao projecto, a imagem da ruína e a memória colectiva pertencente ao lugar.



Fig. 67 – Solar Visconde de Almeida antes da intervenção



Fig. 68 – Capela adjacente ao solar

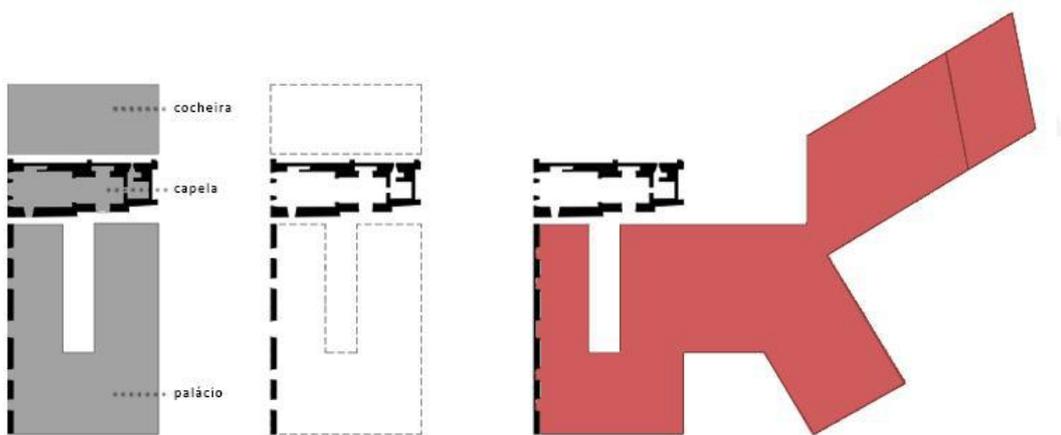


Fig. 69 – Esquema do palácio original, existente e projecto

### Análise Histórica do Edifício

As novas instalações da Biblioteca Municipal de Ílhavo, estão inseridas no que resta do Solar Visconde de Almeida (fig.67). Foi um edifício nobre mandado construir no final do séc. XVII, que foi posteriormente alterado e demolido.

O antigo Solar foi moradia de algumas famílias, dos mais influentes políticos regionais<sup>173</sup> do séc. XVII ao XIX e pela Baronesa de Almeidinha, conhecida pela sua abnegação e generosidade. É por isso um dos principais pontos de interesse da cidade Ílhavo.

Da mansão aristocrática, apenas resistia em ruína a fachada principal e a capela, que possuía uma utilização pública (fig.68). Era um palácio de dois pisos, sendo que o superior era enriquecido com lintéis e cornija, e no primeiro existia um hall de entrada, definido por belos painéis de azulejaria de cariz romântico<sup>174</sup>.

Este solar possui também uma cavaleriça, construído mais tarde. Era esta peça que rematava o conjunto edificado a sudoeste, um edifício encimado por uma balaustrada e coberto a azulejo, que acabou por desaparecer com o tempo<sup>175</sup>.

Uma vez que, em Ílhavo, são poucos os testemunhos construídos que resistem, houve a intenção de preservar e integrar o palácio, pela sua escala e qualidade arquitectónica. Visto que, o que persistia do antigo solar, eram elementos de uma arquitectura qualificada, nas proporções de desenho e elegância de todo o trabalho de cantaria. Assim o projecto da biblioteca envolve um elemento existente que constitui um forte marco urbano na memória colectiva tradicional<sup>176</sup>.

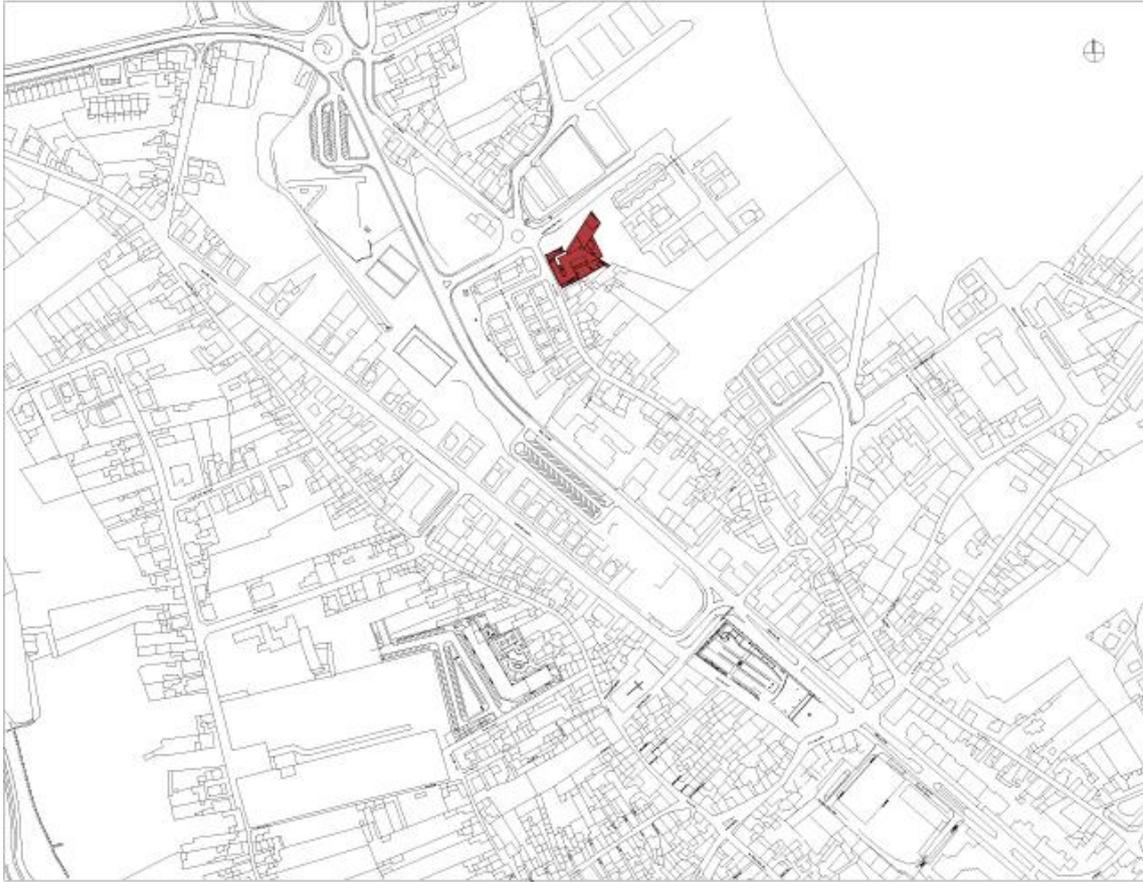
---

<sup>173</sup> Tal como João de Sousa Ribeiro e Silveira, capitão mor de Ílhavo; Capitão João de Sousa Pissaro; e também a Dona Maria Benedita de Sousa Queiroz Pissaro conhecida por Baronesa de Almedinha.

<sup>174</sup> “Solares de Ílhavo”. (em linha) In C. M. Ílhavo

<sup>175</sup> Ibidem

<sup>176</sup> “Ler para crescer: Biblioteca Municipal de Ílhavo”. p.1



**Fig. 70** – Implantação da Biblioteca



**Fig. 71** – Fotografia aérea da Biblioteca

## Projecto

O edifício que acolhe hoje a Biblioteca Municipal de Ílhavo, situa-se na periferia da actual povoação (fig.70). Se caracteriza por ser uma zona de débil expansão urbana, ainda muito desarticulada entre cheios e vazios (fig.71). O programa preliminar, previa a elaboração de três núcleos distintos: Biblioteca, reabilitação da Capela e Fórum da Juventude<sup>177</sup>.

Apesar do ponto de partida ser a reabilitação do antigo solar, há contudo uma clara identificação de que se trata de uma nova arquitectura, que existe em simbiose com as pré-existências. O novo edificado resulta essencialmente do seu carácter público e cívico, que reforçou o seu desempenho urbano. Os corpos de salas de leitura e fórum da juventude, surgem nos volumes exteriores ao solar, e as suas formas estabelecem relações morfológicas directas com a envolvente, deste modo, o edifício funciona como uma peça de fecho, que incorpora na sua fisionomia as irregularidades da envolvente<sup>178</sup>.

O projecto deste novo equipamento público tem dois momentos, o novo edificado, onde se desenvolve a biblioteca, forma o fulcro social e organizativo da planta, enquanto que, o outro momento ancora os fragmentos históricos, onde funciona agora os espaços administrativos e técnicos. O projecto aproveita a antiga fachada do emblemático solar da cidade<sup>179</sup>. Mas o facto de o programa ser bastante amplo, tornou-se inevitável a extensão do programa para além das fronteiras dos vestígios da antiga casa nobre. Os arquitectos ARX com este projecto criaram relações urbanas com o existente, procedendo a uma construção que articula as volumetrias diversas conseguindo um diálogo com a envolvente através de alinhamentos que o enquadram<sup>180</sup>.

Mas foi igualmente importante, os arquitectos saberem lidar com as pré-existências, pois condicionaram as suas opções. O solar era portador de uma identidade histórica

---

<sup>177</sup> SILVA, Maria R. C. S. – Bibliotecas Contemporâneas em Portugal.2012.p.139

<sup>178</sup> “Da Biblioteca para a Cidade” (em linha). In ARX

<sup>179</sup> SLESSOR, Catherine – “Lendo História”. (em Linha). In ARX

<sup>180</sup> “Sobre a Biblioteca Municipal de Ílhavo”. In Revista Pulsar.2006

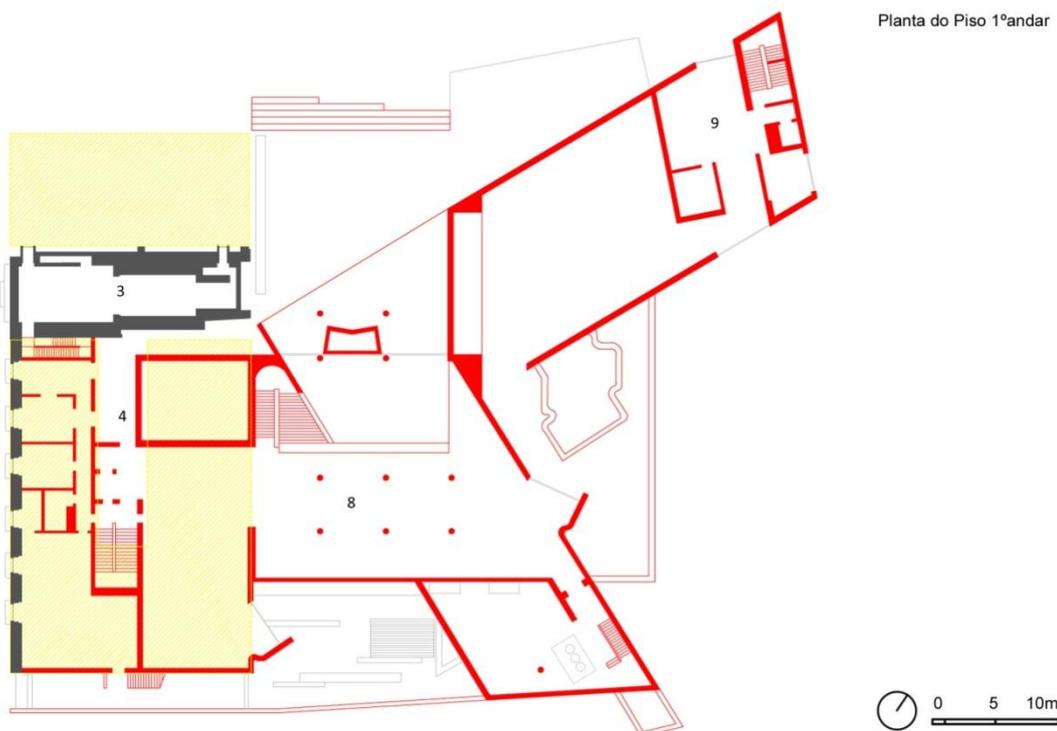


Fig. 72 – Plantas da Biblioteca

que influenciou as opções escolhidas, que passaram por um compromisso entre duas épocas muito distintas: por um lado, a traça existente caracterizava um período antigo, e por outro lado, tratava-se de uma intervenção contemporânea. Tanto a presença do lugar como a existência de uma estrutura original proporcionou uma estratégia de reafirmação e consolidação, em vez de, simplesmente introduzir um edifício gestual<sup>181</sup>.

Na distribuição do programa, os arquitectos tiveram como ponto de partida a preservação e integração do que tinha sobrevivido. A articulação da biblioteca resulta de um jogo que contempla o programa, o enquadramento do local e as relações com o exterior. O edifício é marcado por pátios interiores ou aberturas feitas em volumes que se fundem com o bloco poligonal, que foi criado, proporcionando espaços animados internamente e diferentes ambientes<sup>182</sup> (fig.72).

Dentro dos limites do antigo solar e encostados à fachada que resistiu, surge a área privada de administração e serviços internos, pois são compostos por espaços mais compatíveis com a métrica dos vãos existentes. Assim a antiga fachada, esconde uma diversidade de compartimentos, que articulam internamente com o restante programa público, que se desenvolve num novo volume associado à pré-existência<sup>183</sup>.

A biblioteca é marcada por pátios que são pequenos jardins, que oferecem uma intimidade entre o utente e a natureza, além de permitirem a abertura de vãos que facilita a entrada de luz natural de forma directa e indirecta<sup>184</sup>.

A biblioteca proporcionou uma estratégia formal de reacção à banalidade, tirando partido do seu programa de carácter público. A entrada é feita através de um pórtico, que é uma praça marcada por pilares de aço que sustentam a cobertura, afirmando assim valores cívicos através de arquitectura e da cultura contemporânea, ao exaltar um gesto monumental, que simboliza uma celebração formal do seu carácter público

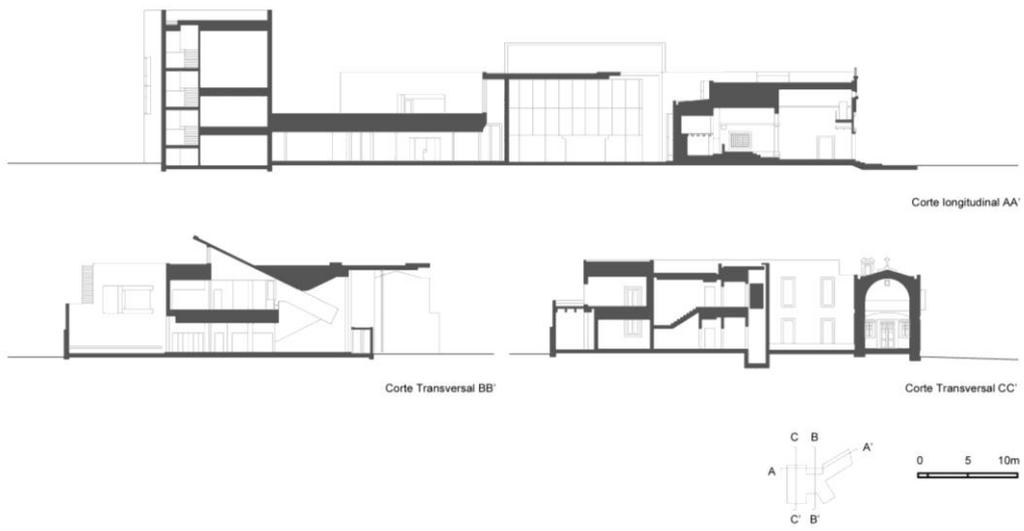
---

<sup>181</sup> SLESSOR, Catherine – “Lendo História”. (em linha). In ARX

<sup>182</sup> “Da Biblioteca para a Cidade” (em linha). In ARX

<sup>183</sup> SILVA, Maria R. C. S. – Bibliotecas Contemporâneas em Portugal.2012.p.143

<sup>184</sup> “Biblioteca Municipal de Ílhavo (em linha). In ARX



**Fig. 73 - Cortes do edifício**



**Fig. 74 – Entrada da Biblioteca**



**Fig. 75 – Átrio de entrada**



**Fig. 76 – Sala do Conto**

(fig.74). O carácter formal da entrada é prolongado para o átrio, onde surge a recepção e é o ponto de partida da distribuição do novo equipamento<sup>185</sup>.

As zonas mais movimentadas da biblioteca situam-se no piso térreo, que são as secções infanto-juvenil e a sala polivalente, as quais se acede pelo átrio de entrada<sup>186</sup> (fig.75). Deste modo conseguem uma maior proximidade da comunidade, devido à sua localização.

A secção infanto-juvenil, devido às várias valências que esta secção acolhe, desde desenvolvimento lúdico, e didáctico das crianças, apresenta uma necessária divisão do espaço em subsecções. Esta solução surgiu com grande facilidade, visto que, a estrutura permite uma pluralidade de divisões do espaço, além disso, o uso da planta livre, proporcionou múltiplas posições do mobiliário, que ajudou a definir as diferentes áreas. A sala do conto (fig.76), é um espaço marcante, tanto pela sua função e como pelas características especiais que deve ter, é nesta lógica que se encontra num volume orgânico, conseguindo um ambiente diferente<sup>187</sup>.

Ainda no piso térreo temos a sala polivalente, como já foi referido, se encontra adjacente ao átrio de entrada. Esta sala tem relação com um pátio interior, onde uma parede de vidro rasgada a Oeste é completamente exposta pela luz natural, proporcionando vários ambientes conforme as actividades a decorrerem aí<sup>188</sup>. Existe ainda um sistema de black-out que permite o escurecimento da sala, se necessário.

Ao longo do desenvolvimento do projecto, sentimos que o simbolismo do antigo solar invadia a biblioteca em algumas escolhas dos arquitectos. Por exemplo, o dispositivo espacial do átrio não deixa de remeter para o das casas nobres. Visto que, habitualmente esse tipo de construções, possuíam uma escadaria que dava acesso a salas acolhedoras e de menor dimensões. Também isso acontece na biblioteca, em que o átrio de entrada é marcado por uma ilustre escadaria (fig.77) que dá acesso à sala de

---

<sup>185</sup> “Da Biblioteca para a Cidade” (em linha). In ARX

<sup>186</sup> SILVA, Maria R. C. S. – Bibliotecas Contemporâneas em Portugal.2012.p.143

<sup>187</sup> “Biblioteca Municipal de Ílhavo (em linha). In ARX

<sup>188</sup> SILVA, Maria R. C. S. – Bibliotecas Contemporâneas em Portugal.2012.p.143



Fig. 77 – Escadaria de acesso à sala de leitura



Fig. 78 – Sala de leitura

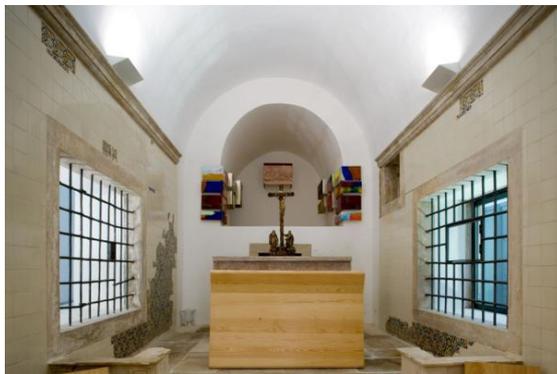


Fig. 79 – Capela



Fig. 80 – Fórum da juventude

leitura da secção de adultos, que surge numa interpretação contemporânea desta peça<sup>189</sup>.

A sala de leitura surge num mezzanine sobre o piso térreo, em que a sua guarda é acompanhada por uma estante no corredor de distribuição, e acesso aos diferentes sectores (fig.78). Chegando à secção de periódicos segue-se um espaço de trabalho e leitura, e por sua vez, estão os livros de livre acesso. No topo das estantes existem mesas para consultas rápidas. A forma orgânica do edifício proporciona vários ambientes, que vão ao encontro das várias actividades<sup>190</sup>. Por exemplo, a forma irregular do edifício, permite criar espaços com diferentes tipos de luz conforme as necessidades, seja sala de leitura, audiovisuais, exposição de livros, entre outros.

A capela adjacente ao antigo solar, é o melhor elemento onde podemos ter a percepção do diálogo entre as duas épocas (fig.79). Neste espaço, constatamos a preservação da história como a opulência da contemporaneidade. Como é descrito, a capela foi espoliada dos seus elementos decorativos mais importantes, mas é restaurada na sua essência espacial, integra um mobiliário redesenhado<sup>191</sup> de acordo com o período actual e exigências, bem como o retábulo que foi assim restaurado preservando as evidências de uma história perdida<sup>192</sup>.

O Fórum da Juventude que também integra este equipamento, aparece num volume vertical, se contrapondo a um edifício de habitação (fig.80). Foi deste modo, que os arquitectos conseguiram acertar as escalas da frente de rua<sup>193</sup>.

Desta forma, pode-se dizer que o edifício se divide em dois níveis conceptuais, o primeiro é o carácter físico face à cidade, que procura trabalhar com o existente sem temer a transformação qualificadora. A outra característica se relaciona com a história da arquitectura, entendida como cultura, e que os arquitectos introduziram referências no seu projecto. Como é o caso dos desenhos dos pilares exteriores, que

---

<sup>189</sup> SLESSOR, Catherine – “Lendo História”. (em linha). In ARX

<sup>190</sup> “Biblioteca Municipal de Ílhavo (em linha). In ARX

<sup>191</sup> O mobiliário foi redesenhado pelo artista plástico Pedro Calapez, de forma contemporânea que repõe a tipologia e sentido de policromia original.

<sup>192</sup> SILVA, Maria R. C. S. – Bibliotecas Contemporâneas em Portugal.2012.p.141

<sup>193</sup> “Biblioteca Municipal de Ílhavo”. In Space.2006.p.70



remetem para a obra de Mies van der Rohe, e a forma da sala do conto relembra os trabalhos de Alvar Aalto<sup>194</sup>. Assim surge uma senda de um ready made integrado no conjunto vasto do edifício.

---

<sup>194</sup> “Da Biblioteca para a Cidade” (em linha). In ARX



O projecto da Biblioteca de Ílhavo, surge como um elemento integrador da unidade territorial, que foi conseguido pelo esforço orientado pelos arquitectos, de ampliar o monumento, de o deixar crescer. Sendo que neste sentido, a intervenção não se regeu apenas pela conservação e restauro, se submetendo a ampliação necessária às exigências programáticas.

A dupla de arquitectos neste projecto, vê-se perante a impossibilidade de acomodar a totalidade do programa exigido na antiga casa nobre, criando assim um novo volume. O facto de a pré-existência apresentar um avançado estado de degradação, promoveu que se conservasse apenas a fachada. Esta opção demonstra que o valor de uso<sup>195</sup>, foi primordial nesta decisão de intervenção.

A par com o restauro do solar, os arquitectos ao desenhar o novo volume para a instalação do programa exigido, utilizam elementos arquitectónicos que resultam da interpretação da história, incluindo a contemporânea. Assistimos a uma continuidade do tipo de construções das casas nobres para a biblioteca, integrando a história de uma poderosa estrutura que relembra esse tipo de construção, tal como constatamos na escadaria que dá acesso à sala de leitura<sup>196</sup>.

A gestão do património depende de um Estado central, que possui uma administração centralista mas que é importante apesar de longínqua e laxa, está ainda presa ao séc. XIX. Esta administração está ultrapassada porque não respeita as regiões, nem as autarquias, nem as comunidades, porque continua a pensar em património como uma “reserva”. Pois retira responsabilidades às comunidades, às quais o património diz respeito e que o devem assumir, porque enfatiza os cidadãos. A intervenção na casa nobre de Ílhavo surge de uma responsabilidade da autarquia, visto que esta obra tem um forte simbolismo para a comunidade local, apesar de não se relevante para uma

---

<sup>195</sup> Viollet-le-Duc promovia a reutilização funcional dos monumentos, pois esta era a forma mais acessível de assegurar a sua continuidade.

<sup>196</sup> A escadaria que dá acesso ao piso superior, e por sua vez à sala de leitura, é uma interpretação moderna das escadarias usadas nas casas nobres de antigamente. Ao introduzir este elemento emblemático, os arquitectos pretendiam reavivar este tipo de construções.



administração nacional. Este caso de estudo é um alerta de que há culturas regionais locais. Pois temos uma cultura histórica que privilegia demasiadamente a visão nacional, esquecendo o regional e local, perspectiva que explicam bem mais as circunstâncias das comunidades e de cada um de nós<sup>197</sup>.

Neste projecto percebemos uma valorização do sentido artístico face ao entendimento histórico. É a partir deste ponto, que se torna evidente a facilidade de estabelecer um paralelismo, entre a postura e a exigência de um conhecimento e estudos procedentes, a qualquer intervenção na ideia do restauro crítico, que Cesare Brandi descreve na sua Teoria do Restauro. O objecto artístico, neste caso o Solar Visconde de Almeida, é válido através das várias disciplinas, com uma abordagem científica, que aproxima o autor do projecto de intervenção, a uma apreensão e entendimento histórico e estético da obra<sup>198</sup>. Pois não se trata de reintegrar a forma, ou de reconstruir rigorosamente espaços de desenvolvimento histórico, mas sim de recuperar a expressão artística. Considerou-se deste modo, que a história do objecto arquitectónico se ligava, não só aos dados rigorosos e objectivos das ciências históricas, mas à concreta materialidade do objecto. A bipolaridade com que a obra de arte se oferece à consciência evidenciada por Brandi, para que exista lugar para um prévio reconhecimento da obra, está aqui patente, a par com a sua consistência física, retirando a questão do campo abstracto.

O critério geral adoptado nesta intervenção, consiste na contribuição que ocorreu para a prossecução da vida já longa do velho edifício. Conservando e reafirmando a natureza da pré-existência.

---

<sup>197</sup> Almeida C.A.F, Património – Riegl e Hoje, p.415-416

<sup>198</sup> BRANDI, Cesare, Teoria do Restauro.2006.p.58



## Conclusão

Ao longo deste trabalho, foi fundamental a recolha de informação sobre o funcionamento das Bibliotecas Municipais, das teorias de restauro e assim proceder ao cruzamento desta informação na análise dos casos de estudo.

Percebemos que os três casos de estudos têm muitas considerações que são comuns. Evitam o restauro baseado em restituições integrais, pois uma manutenção adequada, regular e permanente, seria suficiente para assegurar a conservação dos edifícios. Os vestígios impingidos pelas várias épocas da histórica, são preservados com o cuidado de evitar um falso histórico.

Foram executadas três abordagens diferentes à pré-existência, mas com o intuito de respeitar o seu carácter e fomentar a sua longevidade. Ao estabelecer a biblioteca nestas pré-existências, se proporcionou novamente a integração dos monumentos na vida quotidiana. Apesar de cada intervenção ter as suas características, que por sua vez são bem distintas, o resultado final foi comum, estabeleceu-se uma dinâmica social e cultural, e se impediu que o desfecho final, causado pela degradação fosse a ruína. Estes princípios respeitam as premissas proferidas por Riegl, na sua Teoria de Valores, ao declarar que o valor de uso, é o critério de distinção entre monumento histórico e as ruínas. Também a Carta de Atenas, recomenda uma utilização funcional adequada aos monumentos. Tal como a Carta de Veneza que defendem que os monumentos são considerados bens públicos, por isso, quanto à sua gestão prevalece o direito da colectividade face à propriedade privada. Pois a forma mais simples de prolongar a vida já longa do monumento é, introduzindo-lhe novamente vida. Optando-se por adequar o programa ao monumento, sem alterar a disposição ou a decoração do edifício. Tal como acontece nos casos de estudo, em que os arquitectos conseguiram conciliar os elementos arquitectónicos e decorativos com as novas exigências.

Os monumentos são inseparáveis da história de que são testemunho, e do meio que estão inseridos. É nesta lógica que os municípios escolheram estes monumentos para intervir. Reconheceram o seu valor arquitectónico, e a importância que estes tiveram ao longo do tempo, e intervieram de forma a perpetua-los, como surge nos princípios da Carta de Veneza.



O restauro estilístico, como meio de projecto, permitiu Viollet-le-Duc resolver formalmente uma questão que sempre considerou primordial, a imprescindibilidade da reutilização funcional dos monumentos, atribuindo-lhes utilizações concretas enquanto arquitecturas. Pois defendia que os monumentos deveriam resolver funções de utilidade económica e social, algo que não era compatível com a valorização estética e simbólica da ruína. Perante esta premissa, o convento de Santa Clara que passou a “Casa da Cerca” e actualmente a Biblioteca e Arquivo Municipal, assim como antiga cadeia civil de Tavira e o antigo solar de Ílhavo passaram igualmente a Bibliotecas Municipais, proporcionando que estas estruturas recebam iminentemente público, que as integra na dinâmica social e económica da cidade, e assim tornam a constituir uma importante referência física e simbólica.

Percebemos que as pré-existências participam do valor de “antiguidade”, desenvolvido por Riegl, que é adquirido pela sobrevivência de um objecto à passagem do tempo, resultando marcas que transformam esse sobrevivente num testemunho, e lhe atribuem as consequentes mais-valias. É as características deste valor que influenciou a conversão dos edifícios, dos casos de estudo, em bibliotecas. Pois estes monumentos eram portadores de uma grande história e qualidades artísticas, que os colocavam na categoria de valor de antiguidade. Mas como apresentavam um estado avançado de deterioração natural, ou seja, factor incompatível com o novo programa. Foram então submetidos a intervenções, que lhes permitiu adquirir uma aparência renovada em perfeita unidade estilista, sendo que o seu carácter de valor de antiguidade se perdeu.

Na continuação da interpelação dos valores de Riegl, surge o valor de arte, em que o autor decompõe em duas categorias. Uma dita, “valor de arte relativo” e a outra categoria é “valor de novidade”, que diz respeito à aparência fresca e intacta dessas obras, ela resulta de uma atitude milenar que atribui ao novo uma superioridade incontestável sobre o velho. Nesta lógica, sentimos o “valor de novidade” a reinar nas intervenções, pois este valor proporciona a eliminação de traços de deterioração, assim como as lacunas volumétricas preenchidas em prol da unidade estilística. A ruína presente nos projectos das Bibliotecas, são uma imagem consolidada do que seria antigamente. O surgimento da ruína, nas Bibliotecas, apresenta uma imagem nova e fresca, mas que vai ao encontro da memória que os habitantes tinham deste edifício.



Passando à nova metodologia de Brandi, que é sustentada num processo de análise crítica, na qual defende a potenciação das razões históricas e, sobretudo, se procura garantir a transmissão da comunicação estética inerente a qualquer obra arquitectónica. Para Brandi a obra de arte constitui uma unidade singular, uma totalidade, pelo que não pode se considerar como composta por partes. O restauro deve se inserir no processo histórico como mais um evento na complexa série de acções humanas, que incidiram sobre a obra de arte e que a projectarão para o futuro.

Brandi na sua Teoria de Restauro Critico, é extremamente cauteloso, quanto à salvaguarda da autenticidade histórica e estética. Pois defende a intervenção mínima, e a preferência pela manutenção, que evita o próprio restauro, conseguindo assim um respeito pelos materiais originais, e aceitação de toda a história do projecto. Nesta sua teoria, Brandi defende a recuperação de elementos significativos da estrutura antiga, sendo assim possível reencontrar a unidade original.

Escolhido o tema “Património que acolhe os Livros” e a problemática de como acomodar um novo serviço no património existente, este trabalho reflecte uma profunda pesquisa, no desvendar das origens e interesses que levam à salvaguarda do património edificado, tanto quanto averiguar a possibilidade de nele intervir arquitectonicamente, sem corromper o seu significado cultural.

A dissertação aparece dividida em três partes, correspondendo a primeira ao enquadramento das bibliotecas municipais, a segunda explora as teorias de intervenção em património. E por fim, na terceira parte surge a análise e avaliação dos três casos de estudo, que ilustram a problemática e confrontam as posições adoptadas.

O objectivo principal deste trabalho, que seria demonstrar a possibilidade prática de o nosso património receber um novo programa específico – Bibliotecas, é alcançado através da exemplificação de três exemplos, de onde se conclui que, o propósito comum a toda e qualquer intervenção sobre estes monumentos, deve ser a sua compreensão, respeito e transmissão para o futuro, salvaguardando as suas principais características, tentando com isso não alterar o seu significado cultural.



## Bibliografia

- 21ST CENTURY LIBRARIES: **CHANGING FORMS, CHANGING FUTURES**. [Em linha]. London: Museum Libraries Archives, 2004. Disponível em: <http://cdigital.uv.mx/bitstream/123456789/6176/2/Doc.pdf>
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira – **Património: Riegl e Hoje**. Porto: Faculdade de Letras.1993
- ANTUNES, Filipe - **Cadeia dá lugar a Biblioteca em Tavira**. Barlavento Online. 30 de Junho de 2005. Disponível em: <http://www.barlavento.pt/index.php/noticia?id=317&tnid=5>
- AGUIAR, José - **Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património**. Porto : FAUP publicações, 2002. 249 p. ISBN 972-9483-47-7.
- BEATO, Filipe (coord.) - Revista Trimestral da Câmara Municipal de Tavira: **Cuidar do nosso Património**. 24 (2007). Tavira: Câmara Municipal de Tavira. Disponível em: [http://www.cm-tavira.pt/cmt/parameters/cm-tavira/files/File/Revista\\_CMT/Revista\\_24.pdf](http://www.cm-tavira.pt/cmt/parameters/cm-tavira/files/File/Revista_CMT/Revista_24.pdf)
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ÍLHAVO. **ARX**. Disponível em: <http://www.arx.pt/pt/construido/180-biblioteca-ilhavo>
- BRANDI, Cesare - **Teoria do Restauro**. Amadora: Edições Orion, Abril de 2006. ISBN 972-8620-08-X
- CAMARA Municipal de Ílhavo – **Solares: Palácio de Alqueidão e Capela**. Disponível em: <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/916>
- CARVALHO, Ricardo – **Da Biblioteca para a Cidade**. Disponível em: <http://www.arx.pt/pt/sobre-a-arx/324-ricardo-carvalho-da-biblioteca-para-a-cidade>
- CHOAY, Françoise - **A alegoria do património**. Lisboa : Edições 70, 2006. 247 p. ISBN 972-44-1205-9.
- FERNANDES, Fátima – **Construir no Tempo**. Lisboa: Estar, 1999 ISBN 9728095678
- FERNÁNDEZ ALBA, António [et al.] - **Teoria e história de la restauration, master de restauración y rehabilitación del patrimonio**. Madrid : Munilla-Leria, 1997. Vol. 1. 269 p. ISBN 84-8915-01-5.
- GABRIEL, Vítor - **Biblioteca Municipal de Ílhavo**. [Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=FJQLckTUiT4&feature=related>



ÍLHAVO. Câmara Municipal - **Biblioteca** - Regulamento da Biblioteca Municipal. Disponível em: [http://www.bibliotecamunicipal.cm-ilhavo.pt/PortalWeb/\\_Rainbow/Documents/regulamento\\_bmi.pdf](http://www.bibliotecamunicipal.cm-ilhavo.pt/PortalWeb/_Rainbow/Documents/regulamento_bmi.pdf)

LER PARA CRESCER: **BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ÍLHAVO**. Disponível em: [http://195.23.38.178/casadaleitura/portalebta/bo/documentos/proj\\_crescer\\_a\\_2.pdf](http://195.23.38.178/casadaleitura/portalebta/bo/documentos/proj_crescer_a_2.pdf)

OBRAS CONSTRUÍDAS, **BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, PORTUGAL**. Concursos de Projecto. Disponível em: <http://concursosdeprojeto.org/2011/12/05/obras-construidas-biblioteca-municipal-de-ilhavo-portugal/>

ORNELAS, João - **Biblioteca Municipal de Tavira**. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/joaoornelas/sets/72157600836465175/>

ROMERO, Santi - **La Arquitectura de la Biblioteca: Recomendaciones para un Proyecto Integral**. 2ª ed. Barcelona: Colección Papers Sert, Dezembro de 2003. ISBN 84-96185-15-X

RIEGL, Alöis - **El culto moderno a los monumentos**. 2ª ed. Madrid: Visor. Dis., S.A., 1999. ISBN 84-7774-001-1

RUSKIN, John - **Las siete lámparas de la arquitectura**. Madrid : Stylos, 1987. 205 p. ISBN 84-7616-008-9.

SIMÕES, João Carmo - **Biblioteca de Ílhavo**. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=F\\_Ck7Vt8qUs](http://www.youtube.com/watch?v=F_Ck7Vt8qUs)

SLESSOR, Chaterine – **Lendo História**. Disponível em: <http://www.arx.pt/pt/sobre-arx/322-catherine-slessor-lendo-historia>

#### Teses:

GIL, Guilherme João Morais Campos - Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura **Intervenção em Património**. Coimbra, Julho de 2011.

JOKILEHTO, Jukka - **A History of Architectural Conservation. The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property**. [PDF]. York: The University of York, England, 1986. Tese de doutoramento.

Rebelo, Paulo José Ferreira – Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura **Arquitectura de Bibliotecas**. Porto 2012

SILVA, Maria Rita Carvalhas de Serra e – Tese de Mestrado Integrado em **Bibliotecas Contemporâneas em Portugal**. Coimbra Julho de 2012.



VAZ, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes - Tese de Mestrado Integrado em **Arquitectura Património: Intervir ou interferir**. Coimbra 15 de Dezembro de 2009.

#### Publicações Periódicas:

ARQUITECTURA IBÉRICA: **BIBLIOTECAS. 1** (2004). Caleidoscópio, 2004. ISSN 1645-9415

ARQUITECTURA IBÉRICA: **REABILITAÇÃO. 12** (2005). Restauro da antiga prisão e reconversão em biblioteca de tavora: 2000-2001. Caleidoscópio, 2005. ISSN 1645-9415

ARQ' A Arquitectura e Arte : **ACÇÕES PATRIMONIAIS.82/83** (Julho/Agosto 2010) GRAÇA, J.L.C.

REVISTA NU nº02 : Entrevista de Pedro Jordão a Nuno Mateus e José Mateus. Maio 2002. Disponível em: <http://www.arx.pt/pt/entrevistas/74-revista-nu-02>

REVISTA PULSAR nº6: **Sobre a Biblioteca Municipal de Ílhavo**. (2006) Disponível em: <http://www.arx.pt/pt/entrevistas/71-pulsar-no-62006>

SPACE. **Biblioteca Municipal de Ílhavo**. 466. Dahyoung Chung. Setembro 2006 Disponível em: <http://www.arx.pt/pt/revistas/497-space-466>

#### Artigos

Fernandes, José Manuel – **21 Projectos do século 21 Reflexos** da Arquitectura Portuguesa na década actual

Direcção-Geral do Livro e Arquivo das Bibliotecas, **Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais**, actualizado em Janeiro de 2009. Disponível em [http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01\\_ProgramadeApoio2009.pdf](http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01_ProgramadeApoio2009.pdf)

#### Internet

Biblioteca Municipal de Ílhavo em World-Architects.com. Disponível em: <http://www.arx.pt/pt/on-line/472-world-architects-biblioteca-ilhavo>

Biblioteca Municipal de Ílhavo em Europaconcorsi. Disponível em: <http://www.arx.pt/pt/on-line/458-europaconcorsi-biblioteca-ilhavo>

Biblioteca Municipal de Ílhavo/ ARX Portugal em Archdaily. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-18007/biblioteca-municipal-de-ilhavo-arx-portugal>



Biblioteca Municipal de Ílhavo em ARX Portugal. Disponível em:  
<http://www.arx.pt/pt/reabilitacao/180-biblioteca-ilhavo>

DGLAB Área das Bibliotecas. Disponível em:  
<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Paginas/default.aspx>

SIPA Cadeia Civil de Tavira/ Cadeia da Atalaia/ Biblioteca Municipal. Disponível em:  
[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=10086](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10086)



## Fonte das Imagens

**Fig.1** – <http://www.rethalhos.blogspot.pt/2011/06/viollet-le-duc.html> (consultado a 27 de Janeiro de 2016)

**Fig.2** – <http://archugotecture.weebly.com/perspectives/archives/09-2014> pdf (consultado a 22 de Fevereiro de 2016)

**Fig.3** – <http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num20/Pag%2031-44.pdf> (consultado a 22 de Fevereiro de 2016)

**Fig.4** – <http://www.nndb.com/people/221/000044089/> (consultado a 27 de Janeiro de 2016)

**Fig. 5** – <http://www.ruskinatwalkley.org/fullsize/object88.jpg> (consultado a 23 de Fevereiro de 2016)

**Fig.6** – <http://www.memoryprints.com/image/159990/ruskin-john-santa-maria-della-spina-pisa> (consultado a 23 de Fevereiro de 2016)

**Fig.7** – <http://www.enciklopedija.hr/natuknica.aspx?id=52820> (consultado a 27 de Janeiro de 2016)

**Fig.8** – tabela executada segundo os valores de Riegl

**Fig.9** – [http://www.wikiwand.com/it/Cesare\\_Brandi](http://www.wikiwand.com/it/Cesare_Brandi) (consultado a 27 de Janeiro de 2016)

**Fig.10** – <http://www.piazzasanmarco.org/piazza-san-marco-nella-storia.php> (consultado a 23 de Fevereiro de 2016)

**Fig.11** – <https://usfmuse.wordpress.com/2015/05/11/supporting-cultural-heritage/> (consultado a 23 de Fevereiro de 2016)

**Fig.12** – <http://bibliotecas.wikifoundry.com/page/Biblioteca+Municipal+de+Amarante> (consultado a 02 de Dezembro de 2015)

**Fig.13** – <http://algarvepressdiario.blogspot.pt/2010/01/tavira-teresa-rita-lopes-apresenta-novo.html> (consultado a 02 de Dezembro de 2015)

**Fig.14** – [http://www.archdaily.com.br/br/01-18007/biblioteca-municipal-de-ilhavo-arx-portugal/bibliotecailhavo\\_336-2](http://www.archdaily.com.br/br/01-18007/biblioteca-municipal-de-ilhavo-arx-portugal/bibliotecailhavo_336-2) (consultado a 02 de Dezembro de 2015)

**Fig.15 -26** – digitalização do livro. PORTUGAL, António e REIS Manuel Maria. **Casa da Cerca - Adaptação a Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante**. 2003

**Fig.27 - 28** – planta e cortes elaborados em autocad



**Fig. 29 - 33** – digitalização do livro. PORTUGAL, António e REIS Manuel Maria. **Casa da Cerca - Adaptação a Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante**. 2003

**Fig. 34 – 35** - <https://www.flickr.com/photos/rnbp/sets/72157648719271360/with/15089310823/> (Consultado a 13 de Janeiro de 2016)

**Fig. 36 -44** – [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=10086](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10086) (consultado a 17 de Janeiro de 2016)

**Fig. 45** – Imagem do Google maps - <https://www.google.pt/maps/place/Biblioteca+Municipal+%C3%81lvaro+de+Campos/@37.1222456,7.6498926,627m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xd1003711bce3551:0x72a1b302d59f7088!6m1!1e1>  
trabalhada em Photoshop

**Fig. 46 - 54** – <http://ultimasreportagens.com/135.php> (consultado a 17 de Janeiro de 2016)

**Fig. 55-56** – planta e cortes elaborados em autocad

**Fig. 57 - 66** – <http://ultimasreportagens.com/135.php> (consultado a 17 de Janeiro de 2016)

**Fig. 67 - 68** – <http://pt.slideshare.net/1950/ilhavo-ontem-e-hoje> (consultado a 19 de Janeiro de 2016)

**Fig. 69** – <http://www.arx.pt/pt/reabilitacao/180-biblioteca-ilhavo> (consultado a 19 de Janeiro de 2016)

**Fig.70** – <http://ultimasreportagens.com/ilhavo/l.htm> (consultado a 19 de Janeiro de 2016)

**Fig. 71** – <http://www.bing.com/maps/> (consultado a 19 de Janeiro de 2016)

**Fig. 72 - 73** – planta e cortes elaborados em autocad

**Fig. 74 - 80** – <http://www.arx.pt/pt/reabilitacao/180-biblioteca-ilhavo> (consultado a 19 de Janeiro de 2016)

